

# A SEMANA na África

## Clipping sobre PALOP e África Austral

01 a 07 de Novembro de 1992 Nº 62

### ANGOLA: Retomada das hostilidades

A recusa da UNITA em aceitar os resultados das eleições de 29-30 de setembro conduziu, de forma nada surpreendente, Angola de volta aos sombrios tempos de guerra. Mais de mil pessoas morreram, nos últimos dias de outubro e primeiros dias de novembro, em combates entre guerrilheiros da UNITA e forças leais ao governo do MPLA (principalmente forças policiais e milicianos, provavelmente ex-integrantes das FAPLA; as novas FAA abstiveram-se, sempre que possível, de envolverem-se nos confrontos). Embora a UNITA tenha ocupado posições na maior parte das províncias do país, tendo inclusive sob seu controle o carteiro de obras da importantíssima hidrelétrica de Capanda (que vêm sendo construída pela empresa brasileira Odebrecht) e do caminho de ferro de Benguela, não se pode dizer que as operações tenham sido inteiramente favoráveis ao movimento liderado por Jonas Savimbi. As tropas da UNITA foram expulsas da capital Luanda, e um significativo número de seus dirigentes foi capturado ou morreu nos combates. Entre os mortos estavam o vice-presidente do movimento, Jeremias Chitunda, e o representante da UNITA na CCPM, Elias Salupeto Pena, sobrinho de Jonas Savimbi, considerado seu herdeiro político; entre os capturados incluía-se o nome de Abel Chivukuvuku, número 3 da UNITA.

A decisão da UNITA em romper unilateralmente com os acordos de Bicesse não teria sido tomada caso o movimento não tivesse encontrado respaldo externo. Embora a comunidade internacional repudie a ruptura dos acordos, com o Brasil e a Comunidade Européia à frente (o chanceler brasileiro, Fernando Henrique Cardoso, definiu a crise angolana como a "tentativa de golpe de Estado por parte do partido derrotado nas eleições"), os tradicionais aliados da UNITA, EUA e África do Sul, embora oficialmente defendam a retomada do processo de paz, dão inequívocos sinais de que não abandonaram o velho parceiro. Não se pode interpretar noutro sentido as declarações do ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul,

### NESTA EDIÇÃO:

Cronologia da crise angolana  
p.02

A guerra e os intelectuais angolanos.  
p.09

Regresso dos refugiados a Moçambique  
p.10

Roelof "Pik" Botha, e do subsecretário de Estado para Assuntos Africanos dos EUA, Herman Cohen, em favor de uma "solução africana", que implique uma partilha de poder entre MPLA e UNITA. O governo angolano, todavia, rejeita esta espúria solução, defendendo o respeito aos acordos de Bicesse e aos resultados das eleições, e pretende levar a crise angolana para a pauta do Conselho de Segurança da ONU. (pp. 1-9)

**MOÇAMBIQUE: Angola demonstra que a paz e a democracia possuem vários inimigos.**

Divergências e desconfianças antigas aglutinam-se desde já em questões iniciais. A "querela das casas", que alimentou os primeiros dias "amistosos" entre o governo e a Renamo, fez transparecer quantas dificuldades haverá no estreito caminho da conciliação nacional.

Por sinal, o processo de paz e democratização moçambicano terá que mirar intensamente a experiência angolana. Os atrasos das várias etapas a serem cumpridas não é a questão principal pois, se a perfeição não é possível, o essencial é que se cumpra concretamente o que determina os acordos de paz. Em tese, não deverá haver parcialidade com nenhuma das partes. Também acreditamos que, entre outras, há duas exigências fundamentais: o efetivo controle das tropas e das armas em poder dos dois exércitos e o combate à bipolarização partidária e ideológica entre a Frelimo e a Renamo. Tornar-se-á ainda necessário ter atenção e desconfiar das ações sul-africanas, que dificilmente convergem para a paz e a democracia. (pp.10-11) EB

Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS – CEEA do Conjunto Universitário Candido Mendes.

Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembléa, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622

R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro – Brasil Cep: 20011.

**ÁFRICA DO SUL: Revelada conexão entre o Inkatha e o movimento rebelde moçambicano Renamo.**

A violência étnico-política manifestou-se novamente no país; entre 24 e 30 de outubro, cerca de 50 pessoas morreram em conflitos atribuídos à rivalidade entre o ANC e o Inkatha, na província de Natal, cuja população é majoritariamente zulu. Entre os mortos encontra-se Reggie Hadede, segunda figura da hierarquia do ANC na província, vítima de um atentado ocorrido no dia 27. Nenhuma das organizações, ANC ou Inkatha, aceita a responsabilidade pelos incidentes. Em função do agravamento da situação, o governo sul-africano propõe-se a tomar uma série de iniciativas, entre as quais a promoção de um encontro entre os líderes do ANC e do Inkatha, Nelson Mandela e Mangosuthu Buthelezi, respectivamente. Em uma atitude encorajadora, ambos movimentos anunciaram estar dispostos a realizar este encontro e, significativamente, Buthelezi, em entrevista a uma rádio, não pediu a dissolução do MK, ala militar do ABC, reivindicação clássica do seu movimento, que gera já muita polêmica.

A retomada do processo de negociação de uma nova ordem política para o país, interrompido há alguns meses, é indispensável. Segundo Steven Lang, correspondente do Público em Johannesburg, esta retomada terá necessariamente que se dar em termos diversos da Conferência por uma África do Sul Democrática (CODESA), que reuniu-se várias vezes entre dezembro de 1991 e junho deste ano, uma vez que é vital a inclusão nas negociações não só do Inkatha, como também de agrupamentos de direita (como o Partido Conservador) e de esquerda (como o Congresso Pan-Africano); embora sejam as principais forças políticas, o Partido Nacional do presidente De Klerk e o ANC não podem conduzir isoladamente as negociações. Cabe recordar que entre o governo e o ANC existe um

desacordo quanto à futura ordem constitucional; além da discussão em torno dos direitos (leia-se privilégios) das minorias (leia-se brancos), reivindicados pelo governo e rechaçados pelo ANC, que defende o princípio "um homem, um voto", há também o debate a cerca do caráter do novo Estado, federativo, como deseja o governo, ou unitário, como quer o ANC. Neste último ponto, a entrada nas negociações do Inkatha (e do Partido Conservador, em menor grau) pode significar um enfraquecimento da posição do ANC, uma vez que o movimento liderado por Buthelezi opõe-se vigorosamente à perspectiva de instação de uma forma centralizada, unitária de governo; a "nação zulu" que é, como bem afirma Steven Lang, "uma forte realidade vinda do passado e consolidada na política do apartheid", recusa-se a integrar-se a um Estado sul-africano sem que lhe seja garantida uma forte autonomia. (O que é questionável é o grau de representatividade do Inkatha em relação à população zulu; alguns dados trazidos a público mostram que um grande número de pessoas desta etnia apóia o ANC.)

Entretanto, foi revelada no dia 01/11 a existência de uma conexão entre o Inkatha e o sanguinário movimento rebelde moçambicano Renamo, por um militante branco do movimento de Buthelezi, Bruce Anderson. Este confessou ter trabalhado em sociedade com um ex-militar xodesiano, Garth Barret, e afirmou ter encontrado Afonso Dhlakama, líder da Renamo, em maio ou junho passado. Anderson informou que tratara da aquisição de armas junto à Renamo, armas que teriam sido distribuídas pelos holstels zulus da área metropolitana de Johannesburg, e utilizadas nos incidentes que tantas mortes causaram (inclusive o massacre de Boipatong). Estas revelações põem o Inkatha numa posição muito desconfortável, justo no momento em que o movimento aparentemente conseguia ter sua vez ouvida no debate nacional.

# Angola em perigo de guerra

Adelino Gomes e António Matos

PÚBLICO  
SABADO, 31 OUTUBRO 1992

**A** UNITA lançou ataques nas últimas horas sobre uma dúzia de cidades de Angola e envolveu-se em tiroteio com forças policiais, em Luanda, na área do aeroporto internacional 4 de Fevereiro e no vizinho bairro de Cassenda. Ao princípio da noite de ontem, militares da UNITA e forças da polícia mantinham-se frente a frente em vários bairros da capital, onde o rebentamento de obuses e os disparos de armas automáticas foram ouvidos a espaços ao longo do dia.

Vinte e uma pessoas morreram em consequência dos incidentes da madrugada na área do aeroporto, três das quais de nacionalidade portuguesa (ver caixa). O governo provincial de Luanda proibiu logo a seguir uma manifestação de apoio a Jonas Savimbi, marcada para hoje e que fontes da UNITA disseram manter. No Huambo, a segunda maior cidade do país, os homens de Savimbi apertavam o cerco em volta do palácio do governo provincial, depois de ocuparem vários edifícios públicos e capturarem um general e dois coronéis.

Fonte policial em Malanje disse ao PÚBLICO, por outro lado, que 13 dos 14 municípios desta província do centro-norte de Angola caíram sob controlo da UNITA, cujos homens assumem, na prática, a administração de toda a área. "O único município ainda nas mãos do governo é aqui a capital, Malanje", observou a fonte, acusando a administração central de tibieza face aos ataques da UNITA numa província que "deu uma vitória esmagadora" ao MPLA e a José Eduardo dos Santos.

Este cenário reproduz-se um pouco por todo o país. Há informações de que a UNITA controla municípios em quase todo o território, nomeadamente nas províncias das Lundas (onde se terá ado das instalações diamantíferas), Moxico, Bié, Huambo, Huíla e Benguela, onde conquistou o Dombe Grande, a sua primeira saída para o mar.

Versões desencontradas sobre os objectivos da acção de madrugada na área do aeroporto continuavam ontem a circular em Luanda, onde empresas mandaram o pessoal para casa mais cedo, os restaurantes fecharam pelas 20h30, e pela primeira vez, a polícia de intervenção tomou posições em hotéis internacio-

nais. Uma fonte da polícia disse à agência Lusa que a UNITA envolveu no ataque quatro a seis dezenas de guerrilheiros, que forçaram a entrada no aeroporto através do terminal de carga, "para proteger ou a saída ou a entrada de um avião ao seu serviço".

Testemunhas afirmaram à mesma agência, pelo contrário, que o aeroporto foi atingido "não deliberadamente, mas por projecteis disparados contra populares que fugiam do bairro Cassenda", em consequência de forte tiroteio diante de um conhecido "dancing", o "Kassendão", em consequência do qual morreram três portugueses e cinco angolanos. Fonte governamental citada pela Reuter indicou, por seu lado, que os elementos da UNITA tentavam abrir caminho para um depósito de munições perto do aeroporto.

Até meio da tarde nenhuma declaração sobre o acontecimento tinha sido proferida por dirigentes do partido de Jonas Savimbi, o líder angolano que, dois dias após as eleições de 29 e 30 de Setembro, instalou o seu quartel-general no Huambo (ex-Nova Lisboa), considerando ter-se registado "fraude generalizada" no apuramento eleitoral, desfavorável a si e ao seu partido.

Mas ontem à noite, em declarações a RTP e à SIC, Adalberto Júnior, delegado da UNITA em Lisboa, declarou que as notícias estavam a "sem empoladas" pelos meios governamentais e negou a existência de uma "situação generalizada de guerra" no Huambo, onde, na sua versão, apenas se teria verificado quinta-feira um incidente rapidamente sanado em frente do palácio do governo provincial. Acusou, por sua vez, o MPLA de estar a desembarcar material de guerra no porto do Lobito.

Os combates de ontem culminaram duas semanas de crescente tensão entre o governo do MPLA e a UNITA, as duas forças que se degladiaram durante uma guerra civil de 15 anos, e haviam acordado em Maio de 1991, em Bicesse, um calendário de transição pacífica do país para um regime multipartidário e parlamentar.

Um mês depois das eleições de 29 e 30 de Setembro, e 33 dias após a dissolução oficial dos exércitos dos dois partidos, a UNITA ocupa posições militares em oito das dezoito províncias do país, quatro das quais situadas no Planalto Central, atravessado pelo estratégico caminho de ferro de Benguela.

As Forças Armadas de An-

gola, uma estrutura militar com apenas nove mil dos 50 mil homens previstos, e que deveria substituir os exércitos do MPLA e da UNITA (FAPLA e FALA, respectivamente) mantêm-se dentro dos quartéis. Para fazer frente aos ataques dos homens de Savimbi, o governo do MPLA, até ao momento, recorreu apenas às forças policiais, em particular às unidades especiais anti-motim, cujo número nunca foi tornado público mas que deve rondar os três mil. A criação desta força suscitou críticas violentas da parte da UNITA, logo a partir da sua "estreia" pública, aquando da visita do papa João Paulo II a Angola, em Junho passado.

Durante a campanha eleitoral, Jonas Savimbi exigiu a dissolução dos "ninjas", argumentando que eles vieram criar um desequilíbrio militar favorável ao governo, numa altura em que, por força dos acordos de Bicesse, os dois partidos se preparavam para a substituição dos respectivos exércitos por uma força única nacional.

Observadores militares em Luanda não acreditam que o governo reative as FAPLA, mas Paulo Jorge, governador de Benguela e antigo ministro do governo de Agostinho Neto, disse à Lusa que desmobilizados lhe estão a oferecer como voluntários para participarem em eventuais confrontos com a guerrilha da UNITA.

"Numa situação destas, a guerrilha tem vantagem militar à partida, mas confronta-se com uma desvantagem política, porque quem abrir as hostilidades perde apoios internacionais", comentou ao PÚBLICO um militar português conhecedor do processo angolano.

Apesar dos confrontos quase diários (ver cronologia), delegações dos dois partidos prosseguem discussões sobre a agenda de uma reunião cimeira entre José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, e multiplicam declarações de que pretendem evitar a guerra.

"A situação é catastrófica", disse a RNA, referindo-se ao reinício dos combates na manhã de ontem na capital do Planalto Central, uma cidade martirizada durante a guerra civil e que os confrontos dos últimos dois dias tornaram deserta. Forças da guerrilha apoiadas por artilharia pesada, segundo aquela fonte pró-governamental, tinham já ocupado o hospital da cidade, a primeira unidade policial e a delegação da RNA. A meio da tarde de ontem, os combates reacende-

ram-se e vivia-se na cidade "um clima dramático", com a UNITA a tentar tomar as instalações da Televisão e o palácio do governador provincial, protegidos por forças da polícia anti-motim que pareciam em dificuldade.

O reinício dos combates no Huambo (ex-Nova Lisboa) foi confirmado pela rádio Vorgan, propriedade da UNITA, e deu-se horas depois de tropas deste partido terem bombardeado a cidade vizinha de Caala, numa aparente tentativa para completar o cerco à capital provincial (ver PÚBLICO de ontem). A Vorgan atribuiu à polícia a culpa dos confrontos armados, acusando-a de ter alvejado, quinta-feira à noite, manifestantes pró-UNITA.

O duelo de artilharia e morteiros ontem no aeroporto internacional de Luanda durou 45 minutos, e provocou estragos — em quatro viaturas e num avião ligeiro, que já está operacional, apurou o PÚBLICO. Nos confrontos morreram oito membros da UNITA, três guardas do aeroporto e um civil, indicou a polícia.

A questão angolana continua a preocupar a administração Bush, a poucos dias das eleições norte-americanas. O subsecretário de Estado para os Assuntos Africanos, Herman Cohen, que tem estado pessoalmente envolvido nas negociações para uma solução pacífica do conflito, preconizou ontem uma solução de partilha do poder. Nesse sentido, os dois adversários da guerra civil angolana deveriam participar no novo governo que for constituído depois da segunda volta presidencial.

"Os resultados das eleições do último mês indicam que Angola não pode ser governada apenas por um dos lados", disse Cohen, explicando que, para se irradiar a insegurança em Angola, "o partido de Jonas Savimbi tem de ser incluído no poder executivo", e não apenas no parlamento: "Todos têm de estar no governo, mediante qualquer forma."

O responsável pela política africana dos Estados Unidos não poupou, entretanto, críticas a ambas as partes, que acusa de não terem feito "esforços no sentido da reconciliação nacional". A atitude do MPLA "ao jeito de quem ganha fica com tudo" e a postura agressiva das forças da polícia "fizeram aumentar as tensões", disse.

Cohen fez estas declarações na Câmara do Comércio EUA-Angola, pouco mais de



uma semana depois de se ter encontrado com Jonas Savimbi, líder da UNITA, e o Presidente José Eduardo dos Santos, tendo revelado que disse ao chefe de Estado angolano para não esperar que outros países resolvam o problema de Angola. "As duas partes sabem que estão condenadas a negociar um acordo", concluiu.

Ao princípio da noite, aguardava-se em Nova Iorque a divulgação duma resolução do Conselho de Segurança da ONU sobre a crise angolana. ■

PÚBLICO SÁBADO, 31 OUTUBRO 1992

## Cronologia da nova crise angolana

A CRISE político-militar que se instalou em Angola nas quatro semanas que se seguiram às eleições provocou um número indeterminado de mortos — pelo menos 30, segundo as notícias publicadas na imprensa portuguesa. Eis a cronologia dos principais confrontos entre a UNITA e a polícia e dos acontecimentos do último mês que ameaçam mergulhar Angola novamente na guerra.

- 30 de Setembro — Tropas da UNITA invadem a casa do vice-ministro angolano do Interior, contígua à residência de Jonas Savimbi, no Bairro do Miramar, em Luanda, alegadamente para resgatar o armamento ali concentrado. Registou-se um tiroteio, na sequência do qual um agente da polícia, da guarnição à casa de Armindo Espírito Santo, foi morto — no quintal da casa habitada, ao tempo, pelo embaixador António Monteiro, chefe da missão portuguesa na CCPM.
- 3 de Outubro — Jonas Savimbi dirige uma mensagem ao país, através da Vorgan, rádio da UNITA. Recusa os resultados das eleições, "fraudulentas", e retira o crédito aos organismos internacionais: "Não competirá a nenhuma organização internacional dizer que as eleições foram livres e justas." E adverte: "O CNE terá de levar em conta que tudo isto levará a UNITA a tomar uma posição que poderá perturbar profundamente a situação deste país."
- 4 de Outubro — O líder da UNITA, Jonas Savimbi, abandona Luanda em direcção ao Huambo, numa operação rodeada de grande secretismo. A saída de Savimbi, apenas divulgada no dia 7, foi justificada por razões de segurança, segundo os dirigentes do seu partido.
- 6 de Outubro — As Forças Armadas da UNITA (FALA), que a 27 de Setembro tinham sido extintas "por decreto", abandonaram o exército angolano (FAA). O porta-voz desta decisão foi o general Arlindo Pena "Ben Ben", empossado oito dias antes nas funções de chefe de Estado-Maior das FAA, que leu um do-

cumento assinado pelos 11 generais da UNITA que tinham integrado o exército único.

- 11 de Outubro — A zona nobre de Luanda — onde os confrontos armados nunca tinham chegado nos 16 anos da guerra civil — é palco pela manhã de um intenso tiroteio de 40 minutos, na sequência do qual morreram dois civis e cinco militares da UNITA ficaram feridos. O confronto registou-se em frente ao Hotel Turismo, habitado por militares e dirigentes da UNITA, envolvendo tropas deste partido e polícias. Nesse dia, tinha acabado de chegar à capital angolana a comissão "ad hoc" do Conselho de Segurança das Nações Unidas.
- 12 de Outubro — Um polícia e um militar da UNITA morreram durante confrontos na Avenida Che Guevara, antiga Combatentes, parte alta de Luanda. A troca de tiros deu-se durante a noite, em frente a um edifício onde estão instaladas as antenas de comunicações da UNITA.
- 15 de Outubro — A madrugada de Luanda é sobressaltada pelo longo clarão e pelo intenso estrondo do rebentamento de um antigo paiol da aviação militar angolana. Não se registaram mortos. A UNITA é acusada de sabotagem. O Andulo, terra onde cresceu Jonas Savimbi, província de Malange, é ocupado pelas forças da UNITA que assassinam o segundo comandante das forças governamentais, tenente-coronel Carlos Alberto "Lacrau".
- 17 de Outubro — O anúncio oficial dos resultados das eleições é seguido de confrontos entre militantes e militares da UNITA e do MPLA em Luanda e no Huambo, que causaram a morte de três civis na capital angolana e de outros três na ex-Nova Lisboa.
- 18 de Outubro — Em Malange, as movimentações de tropas da UNITA intensificam-se e uma fonte policial citada pela agência Lusa assegura que nove dos 14 municípios desta província estão controlados pelo partido de Jonas Savimbi.
- 19 de Outubro — Em Malange, dois elementos do Conselho Nacional Eleitoral morreram e um terceiro ficou ferido na sequência de disparos contra a viatura em que seguiam. Segundo notícia da agência Lusa, os três civis transitavam em frente da sede da UNITA.
- 20 de Outubro — Três angolanos descendentes de portugueses morrem, no Huambo, vítimas de um atentado brutal em que ficou ferida uma quarta pessoa. O escritor e cientista Fernando Marcelino, a mulher e uma sua irmã foram alvejados na cabeça com tiros disparados por três homens, segundo o relato da sobrevivente, a escritora Zaida Daskalos.
- 22 de Outubro — São divulgadas pelos órgãos de comunicação social angolanos, tutelados pelo Governo, informações de que as forças da UNITA cercam e preparam um assalto à cidade do Kuito, capital da província do

Bié, no planalto central. De acordo com as mesmas fontes, o partido de Jonas Savimbi controla 12 dos 14 municípios desta província — apenas Kunhinga e Kuito mantêm a administração do Estado angolano.

- 28 de Outubro — Novos confrontos entre tropas da UNITA e a polícia antiterrorismo no Bairro do Miramar, em frente à casa do vice-ministro do Interior, Armindo Espírito Santo, provocaram a morte de seis agentes das forças antiterrorismo, na versão da UNITA, três, na versão da polícia.
- 29 de Outubro — A cidade ferroviária da Caála, a 20 quilómetros do Huambo, esteve submetida durante várias horas a um bombardeamento por forças da UNITA, relataram fontes oficiais citadas pela Lusa. Ao fim deste dia, o cenário repetia-se na ex-Nova Lisboa, com tropas do movimento de Jonas Savimbi a tentarem tomar o palácio do governador, que entretanto fugiu para Luanda.
- 30 de Outubro — Vinte e três pessoas — entre elas três portugueses — morreram na madrugada de ontem em Luanda (ver texto nestas páginas), em confrontos junto ao aeroporto de Luanda. ■

António Matos

sul-africana. E o ministro de Estado angolano, Lopo do Nascimento, que conferenciara com ele e com o Presidente De Klerk, acrescentou não ter dados que na verdade consubstanciem as notícias do "New Nation".

Dizia aquele jornal, conhecido crítico do Governo sul-africano, que soldados do batalhão 32 (desmantelado por exigência do ANC) entraram esta semana em Angola, com o apoio de 10 helicópteros estacionados na faixa de Caprivi, território da Namíbia que faz fronteira com a região onde se situa a Jamba. E que Lopo do Nascimento se deslocara expressamente a Pretória a fim de protestar contra a actividade de tais militares, muitos dos quais haviam sido no passado (1974/1975) afectos à FNLA, de Holden Roberto.

Mais acrescentava que havia no Zaire 15 mil mercenários a aguardar ordens para entrar em Angola, como reforço de uma ofensiva da UNITA, conforme plano que teria sido preparado para o ministério sul-africano dos Negócios Estrangeiros por uma empresa de consultadoria po-

PÚBLICO

SÁBADO, 31 OUTUBRO 1992

## Botha desmente intervenção em Angola

O MINISTRO dos Negócios Estrangeiros Roelof "Pik" Botha desmentiu, ontem em Pretória, que tropas da África do Sul tenham entrado em Angola, a fim de pressionar o Presidente José Eduardo dos Santos a partilhar o poder com a UNITA.

Botha desmentiu categoricamente o jornal radical "New Nation" — que tem simpatias pelo ANC e, principalmente, pelo Congresso Pan-Africano (PAC), partido negro de extrema-esquerda. Mas admitiu-se em meios da comunicação social sul-africana que antigos elementos do batalhão 32, há poucos meses desmantelado, possam haver regressado a Angola onde eram naturais, assim se explicando algum "fumo" existente no meio de todo o fogo aberto contra o Governo de Frederik de Klerk.

"Pik" Botha, que já este mês esteve em Angola a tentar servir de mediador entre as duas partes, disse ter esclarecido o líder da UNITA, Jonas Savimbi, de que não poderia contar com qualquer intervenção militar

lítica chamada Strategic Concepts e dirigida pelo advogado Sean Cleary.

Lopo do Nascimento afirmou apreciar o papel que a África do Sul tem desempenhado até agora no sentido de se evitar mais uma guerra em Angola; e o ministro Botha observou que Pretória continua a pedir a todas as partes que "não recorram à violência ou à ameaça de força para alcançar os seus objectivos".

O enviado angolano reconheceu entretanto — em conferência de imprensa conjunta com o seu colega sul-africano — que há já uma situação efectiva de guerra na segunda cidade do país, Huambo, pois que a UNITA a ocupar militarmente, tal como o fez em relação a outras localidades situadas ao longo do Caminho de Ferro de Benguela.

"Pik" Botha declarou ter ordens do Presidente De Klerk para regressar a Angola logo que isso se mostrar conveniente. ■

Steven Lang, em Joanesburgo

# África do Sul abastece UNITA

**Gustavo Costa**  
correspondente  
em LUANDA

O GOVERNO sul-africano reforçou, nos últimos dias, os abastecimentos à UNITA, embora insista estar fora de causa qualquer apoio militar. Segundo disseram ao EXPRESSO fontes diplomáticas, que foram confirmadas por um responsável do movimento de Jonas Savimbi, têm aterrado em aeroportos de zonas controladas pela UNITA aviões provenientes de Pretória carregados de material de apoio.

Um responsável da UNITA assegurou que a ajuda sul-africana se traduz apenas em bens alimentares, depois de Luanda ter cortado todos os abastecimentos às zonas controladas pelos homens de Savimbi. Entretanto, Luanda e Pretória desmentiram qualquer envolvimento militar da África do Sul em Angola.

Uma fonte do Ministério da Defesa angolana disse ao EXPRESSO que o Governo «não dispõe, neste momento, de capacidade militar para ocupar as zonas controladas pela UNITA». A mesma fonte admitiu que só não existem problemas em nove das 18 províncias do país. As regiões do Bié, Huambo, Cuando-Cubango, Zaire e Usige estão sob o controlo quase total de Savimbi. Na própria província do Bengo, nas vizinhanças de Luanda, dois mil homens da UNITA, que estavam acantonados, começaram a tomar posições. Também a capital da província do Zaire, M'Banza Congo, foi tomada por aquele movimento, que controla o aeroporto. Nesta cidade, estão retidos 19 portugueses que esperam ser evacuados.

No Huambo, onde a situação é mais grave (ver caderno Internacional), houve tiroteios durante todo o dia de ontem, tendo já caído em poder da UNITA o quartel da polícia, o Hospital e a delegação da Rádio Nacional de Angola. Ao anoitecer, continuavam os combates em torno da delegação da Televisão e do próprio Palácio do Governador, enquanto a Casa Branca (como é conhecida a residência de Savimbi) também estava sob fogo da polícia governamental.

Ontem, a UNITA aprisionou no Huambo um general e dois coronéis das FAA (forças Armadas de Angola), que não foram libertados apesar de exigências nesse sentido do Governo.

Por outro lado, o movimento de Savimbi ocupou as bases diamantíferas de Cafunfo, Lurema e Lusamba, no norte, apoderando-se de toda a produção de diamantes do mês e dan-

do 72 horas aos 800 cooperantes estrangeiros (entre os quais alguns portugueses) para evacuar as localidades.

De acordo com a mesma fonte do Ministério da Defesa, o Governo está a preparar uma «resposta de dimensão adequada». Para o mesmo informador, «já estão esgotadas todas as possibilidades de diálogo e a guerra é praticamente inevitável». A primeira prova de que o Governo parece estar disposto a responder foi o facto de aviões de combate Mig-21, pertencentes às FAA, terem ontem sobrevoado Benguela e Lobito, no que foi considerada a primeira advertência do Governo com vista a retomar o controlo do corredor do Lobito (caminho-de-ferro de Benguela). A oposição aos avanços da UNITA tem estado a cargo da polícia, não se registando até agora qualquer intervenção das FAA.

Em Luanda, a situação continua explosiva, depois de a UNITA ter convocado para hoje uma manifestação de apoio a Savimbi que foi imediatamente proibida pelo Governo Provincial. Depois dos incidentes da madrugada de ontem, de que resultou a morte de três portugueses aparentemente apanhados num fogo cruzado, a tensão tornou-se quase insuportável.

A troca de tiros na capital começou depois de a polícia ter presumivelmente escutado comunicações internas da UNITA que indicavam a fuga dos responsáveis daquele movimento que se mantém na cidade. No entanto, a informação oficial é a de que 40 soldados das FALA visavam atingir o paiol junto ao aeroporto e os depósitos de combustível para aviões da Sonangol.

A maioria das informações que se têm publicado sobre a situação em Angola são contrariadas pela UNITA. De acordo com Salupeto Pena, da Comissão Política do movimento, «as notícias são, no geral, falsas» e consistem numa «tentativa de diabolização do partido». Para aquele dirigente, «a UNITA é vítima da manipulação da imprensa pelo Governo de Angola».

Ao princípio da noite de ontem, continuavam reunidas na sede da CCPM delegações dos dois contendores. Se bem que a UNITA tenha abandonado a reivindicação de repetir as eleições, trocando-a pela realização de um novo registo eleitoral para a segunda volta (o que pode ser um ponto de acordo), não se prevê que as duas partes se entendam quanto à fiscalização do acto eleitoral. O movimento de Savimbi propôs que a segunda volta seja controlada pelos dois movimentos e que se extinga imediatamente a Comissão Nacional Eleitoral (CNE), o que é considerado inaceitável pelo Governo.

# Angola

Augusto Abelaira

**E**leições um pouco por toda a parte da Roménia a Angola, passando pela Madeira e pelos Açores. Mas acerca das eleições angolanas que certezas poderemos ter? Certezas, nenhuma. Parece óbvio (a ocasião faz o ladrão) que quando um partido pode trapaçar, não hesita. Sabemos da nossa experiência portuguesa (não me refiro ao nosso tempo) que mesmo pessoas sérias (sérias, isto é, que não roubavam carteiras, não batiam na avó, não cuspiam na sopa, usavam garfo e faca e davam passagem às senhoras em primeiro lugar) aceitaram alterar resultados eleitorais. Em política, possivelmente, não existe «sérieidade» ou, mesmo se existe, ela é sectária, quero dizer, a fraude pode ser explicada pelo desejo de servir uma causa em que se acredita ou em que se finge acreditar por medo ou por interesse.

Visão exageradamente pessimista? É um pressuposto das eleições — e por isso mesmo exige-se a presença de todos os partidos durante a contagem dos votos. Vigiando-se uns aos outros.

Acredito que em Angola, como em toda a parte, onde não houve vigilância (mas se não houve por que é que não houve?) a fraude terá sido uma tentação irresistível.

Dúvidas metodológicas, digamos assim. De qualquer modo, a crer na generalidade das opiniões que supomos independentes e incluem a ONU, o MPLA ganhou — à vontade nas legislativas, por curta margem nas presidenciais. Podemos, claro, pôr em causa tais opiniões, nós que estamos longe do palco dos acontecimentos. Podemos sempre pôr em dúvida tudo e todos, Deus e o Diabo. Mas pôr em dúvida tudo e todos, Deus e o Diabo, menos Savimbi e os seus generais? Porque, em suma, depois de tudo o que se tem passado, e não obstante a opinião dos observadores internacionais, só em Savimbi deveremos acreditar? O halo da santidade iluminará a sua cabeça de forma tão irrecusável?

Impressiona-me sobretudo a posição dos Estados Unidos, que sempre apoiaram Savimbi e reconhecem agora a derrota dele. Prova decisiva.

Pode argumentar-se que não: a política dos Estados Unidos é maquiavélica (como a dos outros estados). Apoiaram Savimbi durante a guerra-fria por ele combater um MPLA enfeudado à política soviética. Acabada porém a guerra-fria desinteressar-se-iam de Savimbi (também maquiavelicamente) num momento em que o MPLA abandonou as suas anteriores opções e até deseja aderir à ocidentalíssima Internacional Socialista. Desinteressados da verdade das eleições, teriam preferido José Eduardo dos Santos por este lhes parecer mais capaz de respeitar compromissos. Apoio que nada provaria acerca da honestidade das eleições, mas revelaria, insisto, uma maior confiança em Eduardo dos Santos do que em Savimbi. E mais confiança, porquê? Possivelmente pelo conhecimento que teriam de Savimbi, mesmo quando aliado.

Seja como for, esta não me parece a hipótese mais provável, a hipótese mais provável parece-me outra, a de que a vitória do MPLA, confirmada pela ONU, foi um facto. Mesmo que os Estados Unidos continuassem a preferir Savimbi, como poderiam opôr-se à conclusão geral? Mas, repito, é difícil que não tenham concluído, ou acabado por concluir, que Savimbi é mesmo um trocatintas (já o era, ao que parece, durante a guerra colonial). Aceitaria as regras democráticas se ganhasse as eleições. E talvez tenha aceiteado os acordos de Bicesse por supor ganhá-las.

Também aqui se pode objectar (objectemos sempre): e o MPLA aceitaria a verdade das eleições, caso as perdesse? Todas as dúvidas são possíveis, mas o facto é que, segundo tudo parece indicar, não as perdeu. Levantar dúvidas acerca do que se teria passado se se tivesse passado é um bom exercício de natureza intelectual (bom tema até para romance) mas não mais do que isso.

Resta-me uma observação pessoal, naturalmente subjectiva: que Savimbi, dadas as suas últimas atitudes (hoje uma coisa, amanhã outra), se tenha desacreditado, não me espanta. Espanta-me sim que tenha sido acreditado.

# ECOS DE GUERRA

TODA a gente escreve a Jonas Savimbi, mas o líder da UNITA não acusa a recepção das mensagens.

Fechado no Huambo, inacessível, parece disposto a deixar que Angola, à sua volta, mergulhe de novo no medo, na violência e na guerra.

A realização da segunda volta das eleições presidenciais deixou de ser a preocupação dominante e imediata de todas as partes empenhadas em salvar a paz. Segundo uma fonte próxima da mediação portuguesa, o escrutínio é, «de facto, impossível nas presentes condições e não poderá provavelmente realizar-se antes da Primavera do próximo ano».

De momento, é preciso fazer baixar a tensão, restaurar um mínimo de confiança entre os dois partidos armados e, sobretudo, impedir que prevaleça a ideia de que o confronto é inevitável e mais terrível que o anterior porque, desta vez, as cidades e até mesmo a capital, Luanda, não serão poupadas.

O secretário-geral da ONU, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, os países garantes dos Acordos de Bicesse — Estados Unidos, Rússia e Portugal —, África do Sul, o Parlamento Europeu, a Conferência Pan-africana das Igrejas multiplicaram esta semana os apelos aos dirigentes angolanos, exortando-os a respeitar os resultados das eleições de 29 e 30 de Setembro.

Os representantes de 136 igrejas, de 38 países africanos, reunidos em Harare sob a presidência do bispo anglicano sul-africano e Prémio Nobel da Paz, Desmond Tutu, pediram a Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi para «pararem de jogar com as vidas do povo angolano» e com o «desejo de paz e democracia» da população civil.

O Presidente Mário Soares qualificou de «lamentável» a situação criada em Angola após um acto eleitoral em que o povo angolano «deu provas indelmentáveis de civismo e de grande maturidade política e democrática».

O repúdio mais enérgico e o aviso mais duro vieram de Estrasburgo, onde o Parlamento Europeu aprovou anteontem, por ampla maioria, uma resolução condenando «todas as manobras que visem ignorar ou pôr em causa os resultados eleitorais» e pedindo «sanções imediatas» contra «todas as partes que procurarem reabrir as hostilidades» em Angola. O PE exige o

respeito «pleno e rigoroso» dos acordos de Bicesse e «muito especialmente o relativo à criação efectiva de um só exército nacional».

## Botha criticado

O chefe da diplomacia sul-africana, Roelof «Pik» Botha, já pôs de lado as reservas manifestadas durante a sua visita a Luanda e Huambo e aceitou as conclusões da representante do secretário-geral da ONU em Angola, Margaret Anstee, e da UNAVEM, segundo as quais as eleições angolanas foram «justas e livres» e as irregularidades que possam ter existido são devidas, sobretudo, a «erros humanos e a falta de experiência».

A tentativa de «mediação» de Pik Botha foi severamente criticada pelo Congresso Nacional Africano (ANC). A 25 de Outubro, o partido de Nelson Mandela acusou o MNE sul-africano de querer ocultar o facto de que o MPLA «ganhou as eleições com uma maioria substancial», dando à UNITA, «aliado angolano do Governo de Pretória», um poder superior à sua representatividade democrática, mediante a formação de um governo em que «as duas principais forças políticas», o MPLA e a UNITA, estariam em pé de igualdade, com 40 por cento das pastas para cada um, sendo as restantes distribuídas entre os 18 partidos menores. O ANC considera que o «arranjo» proposto por Botha para Angola é elucidativo da solução que o Partido Nacional gostaria de impor na África do Sul, dado que Pik Botha falou da necessidade de um governo de «unidade nacional em Angola como exemplo para toda a região».

Se Pik Botha esperava colher dividendos internos da sua intervenção em Angola, onde se apresentou como «campeão e salvador da paz», não teve êxito: o ANC vê nas tentativas de «manipulação» razão para duvidar das intenções do Governo em realizar eleições «divres e justas» na África do Sul e para exigir com maior urgência a criação de uma comissão eleitoral independente para preparar a eleição da futura assembleia constituinte.

## Butros Gali avisa UNITA

Para o secretário-geral das Nações Unidas, Butros Gali, o que está em jogo em Angola é o prestígio e a autoridade da ONU, actualmente empenhada na fiscalização de cerca de 30 processos de paz em todo o mundo.

Na carta que dirigiu ao presidente do Conselho de Segurança (CS), Butros Gali, depois de reafirmar que as eleições em Angola foram declaradas «justas e livres», pôs especial ênfase na necessidade de obrigar as partes angolanas a respeitar os compromissos assumidos e de garantir a segurança e a integridade

física dos representantes e observadores da ONU, pedindo ao CS a tomada de medidas adequadas.

No texto a que o EXPRESSO teve acesso (ver fac-símile nesta página), Butros Gali disse textualmente que, na situação de tensão que se regista em Angola, o principal motivo de preocupação é «a retirada, pela UNITA, dos seus generais e soldados das Forças Armadas Unificadas». Depois de se referir às movimentações de tropas «denunciadas por ambos os lados, algumas das quais foram confirmadas pelos observadores militares da UNAVEM», o secretário-geral da ONU precisa que «a presença militar da UNITA é muito sensível em muitas províncias e nas principais cidades» e que «um certo número de localidades e distritos foi ocupado pela UNITA, que afastou os representantes da administração central».

Butros Gali condena a «campanha caluniosa e malévola levada a cabo por meios de comunicação controlados pela UNITA, nomeadamente a emissora Vorgan e o diário 'Terra Angolana'» contra a sua representante especial, Margaret Anstee, e a Unavem II, que foi alvo de ameaças de morte.

Butros Gali tentou «durante vários dias entrar em contacto com Mr. Savimbi» para lhe expressar a sua preocupação pelos ataques e pedir-lhe que se deslocasse a Luanda para se encontrar com o Presidente José Eduardo dos Santos, conforme lhe tinha prometido no dia 15. «Contudo, foi impossível estabelecer o contacto», comenta.

Lamentando a situação criada, o secretário-geral da ONU considera, no entanto, «motivo de esperança» a decisão tomada a 19 de Outubro por Luanda e a UNITA de criarem duas comissões encarregues de preparar este encontro e pronuncia-se a favor da prorrogação do actual mandato da UNAVEM, que expira hoje. É, porém, «indispensável» o pedido formal e um acordo entre os dois líderes angolanos.

Em resposta à carta do secretário-geral da ONU, o Conselho de Segurança divulgou uma declaração apelando «à UNITA e às outras partes envolvidas no processo para que respeitem os resultados das eleições», exigindo a imediata cessação das «acusações e ataques contra Miss Anstee e a UNAVEM».

A comunidade internacional cerca fileiras num autêntico cerco ao líder da UNITA, para travar a escalada de violência, mas do Huambo só se ouvem os disparos das armas e os rebentamentos das bombas

# O regresso às armas...

«POR parte da UNITA, a guerra já começou», diz o Governo de Luanda, enquanto o chefe da delegação da UNITA na CCPM, Elias Salupeto Pena, afirma que o seu movimento não quer a guerra mas que esta pode ser «inevitável», porque existe uma «grande revolta» entre o povo contra o tipo de paz que «o MPLA quer impor».

Não parece, contudo, existirem dúvidas acerca das dimensões da ofensiva desencadeada pela UNITA, de Norte a Sul e de Leste a Oeste, com dezenas de localidades ocupadas, em alguns casos, na presença de observadores da UNAVEM, os

quais não foram tratados com maior respeito que os representantes do Governo ou os funcionários. O movimento de Jonas Savimbi, que nunca conseguiu, em tempo de guerra, tomar o controlo de uma locali-

idade importante, está agora implantado militarmente em Luanda e controla praticamente toda a linha do caminho-de-ferro de Benguela, do Zaire até ao mar. A UNITA nega ter dado às suas tropas ordem de atacar e atribui todos os incidentes a «elementos incontrolados» ou acções espontâneas da população, que «quer correr com os administradores do MPLA».

Aparentemente, o movimento de Savimbi não encontrou até agora muita resistência organizada, mas a situação pode alterar-se rapidamente. O sentimento de insegurança que se vive em todo o país, o corte das vias de comunicação, a escassez de alimentos que começa a sentir-se nas zonas que deixaram de ser abastecidas a partir de Luanda criam condições propícias ao aumento da criminalidade e às explosões de violência.

A evacuação dos estrangeiros e a chegada de refu-

giados poderão gerar movimentos de pânico.

As guerras civis geralmente não se declaram — qualquer falsca pode atear o rastilho. Angola é hoje um paiol à beira da explosão: as armas es-

palhadas por todo o país são suficientes para não serem necessárias as ajudas externas, pelo menos na primeira fase. Os países vizinhos adoptaram até ao momento uma atitude expectante, mas as fronteiras estão longe de serem eficazmente controladas. A África do Sul parece apostar na pacificação da região, embora alguns sectores da minoria branca não perdoem ao Governo de Klerk ter deixado cair o «amigo» Savimbi.

Uma coisa é certa: uma nova guerra seria bem pior que as duas anteriores. Muitos angolanos apoiantes do MPLA estão cientes que matar ou ser morto poderá ser, em breve, a alternativa.

# ... a aposta em Bicesse II...

O SECRETÁRIO de Estado português dos Negócios Estrangeiros disse ao EXPRESSO estar «menos pessimista» quanto ao evoluir da crise angolana «visto que as duas partes deram recentemente sinais de quererem avançar na via das negociações».

Um dos «progressos» registados era a reunião plenária da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) marcada para quinta-feira, a primeira desde a realização das eleições. Neste encontro deveria-se proceder à análise da «situação político-militar», a pedido do general França N'Dalu, chefe da delegação governamental. Da reunião cons-

ultou também a proposta para o reinício das missões de observação da CCPM, tendo então a UNITA solicitado a imediata suspensão dos trabalhos para consultas.

A «dinâmica de Bicesse» parece definitivamente quebrada, apesar dos esforços desenvolvidos pelos representantes dos três países «observadores» — Portugal, Estados

Unidos e Rússia. Estes tentaram ajudar o Governo de Luanda e a UNITA a criar as condições para o encontro entre José Eduardo dos Santos e Savimbi, considerado crucial para salvar a paz. Partindo das propostas da UNITA e das contra-propostas governamentais, os «três» elaboraram um projecto de compromisso que apresentaram ao Presidente angolano. Contudo, enquanto o Governo põe o acento tónico na necessidade de «estabilizar a situação militar», a UNITA considera primordial a solução da crise política e a partilha, em pé de igualdade, do poder nos órgãos encarregues de preparar a segunda volta das eleições presidenciais.

Os acordos de Bicesse fracassaram porque faltou um dos ingredientes imprescindível: confiança mútua. Obrigada a funcionar por consenso, a CCPM só pôde constatar o atraso no cumprimento das cláusulas relativas à desmobilização, controlo dos armamentos e extensão da administração a todo o território angolano. Apostou nas eleições, cujos resultados as duas partes angolanas prometeram respeitar enquanto ambas estiveram intimamente convencidas de conseguir a vitória. A aposta foi perdida.

Novas negociações implicarão necessariamente uma intervenção mais activa das Nações Unidas — requerida pelos dois principais partidos angolanos —, mais meios hu-

manos e materiais para a UNAVEM. Porém a pressão internacional, por mais forte que seja, não poderá substituir-se à vontade dos principais beligerantes. Num ano de paz, mesmo relativa, a sociedade civil teve a possibilidade de respirar. O sentimento anti-guerra que obrigou o MPLA e a UNITA a concluir os acordos de Bicesse

# ... ou a paz finalmente?

«A SITUAÇÃO é preocupante mas não alarmante» disse Paulo Jorge, governador da província de Benguela, após a ocupação pela UNITA de vários municípios dos arredores. Muitos angolanos acreditam que o processo de paz atravessa a sua pior crise desde a assinatura dos acordos de Bicesse, mas que tudo pode ainda voltar à normalidade se a comunidade internacional se mantiver firme na defesa do diálogo e na condenação do recurso às armas.

O Ocidente e a Comunidade Europeia deram o seu aval ao processo e prometem investir na reconstrução de Angola: muitas empresas come-

çaram já a desenvolver projectos para arrancar logo que a situação política esteja clarificada.

As eleições norte-americanas limitaram a capacidade de intervenção da Casa Branca mas

se Clinton for o vencedor é muito provável que decida fazer uma séria advertência à UNITA normalizando as relações diplomáticas entre Washington e Luanda, ainda antes da segunda volta da eleição presidencial angolana.

E mesmo que Jonas Savimbi pretenda ignorar a pressão da comunidade internacional, permanecendo fiel às teses maoístas, segundo as quais as causas internas são mais importantes que os factores externos, os militantes e simpatizantes da UNITA não partilham todos da mesma opinião e são sensíveis ao silêncio dos «amigos estrangeiros da UNITA» que se confessam surpreendidos e embaraçados perante as atitudes de Savimbi. Os sectores mais radicais do movimento podem estar dispostos a arriscar tudo por tudo num golpe de força susceptível de transformar a derrota eleitoral da UNITA em vitória, mas não é tão seguro que a disciplina e coesão interna do movimento resista ao desgaste de um braço-de-ferro prolongado.

A época das chuvas está próxima e os camponeses do planalto central, base étnica da UNITA, sabem que a chegada a hora das sementeiras. A fome ou a fatura do próximo ano dependem da rápida solução da crise. Um país inteiro não pode permanecer muito tempo paralisado e Angola não pode ser transformada numa imensa Jamba. A igreja, os empresários e os comerciantes, começam a levantar a voz contra o «sequestro» a que tem sido submetida a sociedade civil angolana e vão fazê-lo com uma veemência cada vez maior. O tempo trabalha também a favor da paz e da maioria silenciosa que estará disposta a resistir aos «senhores da guerra».

# Portugueses mortos em Luanda

João Gabriel Ferreira Magalhães, José António Silva e Abel Joaquim da Silva Carvalho, naturais de Vila Nova de Famalicão, foram mortos na madrugada de sexta-feira durante um ataque das forças da UNITA ao Aeroporto Internacional de Luanda. Nos intensos confrontos que se seguiram, foram mortos 13 civis. Os três portugueses eram empregados da «Cash and Carry». Fonte do Ministério dos Negócios Estrangeiros contactada pelo Semanário garantiu que, para já, não se está a pensar desencadear o plano de evacuação dos nacionais portugueses elaborado pelo Governo por se considerar não existirem razões para tal. Em Joanesburgo, Pik Botha e Lopo do Nascimento desmentiram a notícia lançada ontem por um jornal sul-africano segundo a qual o governo de Frederik de Klerk teria enviado tropas para Angola para apoiar a UNITA.

No Huambo e em Benguela intensificam-se os combates. O palácio do Governo provincial da praça forte de Savimbi terá já sido tomado, de acordo com informações não confirmadas que consideram também possível que o governador provincial tenha ido para Luanda. A estrada Lobito-Huambo parece já estar sob controlo da UNITA, o que, a confirmar-se, assegura a ligação ao litoral das forças de Savimbi.

**EXPRESSO, SÁBADO 31 DE OUTUBRO DE 1992**  
**FLEC anuncia «assalto final»**  
A FLEC exigiu ontem que a capital do enclave angolano de Cabinda seja evacuada até 8 de Novembro, ameaçando com um «assalto final» à cidade. Um comunicado do movimento separatista, divulgado em Kinshasa, avisa que todos os cabindas e estrangeiros devem sair da capital «de maneira a permitir a limpeza das posições das FAPLA, sem risco de tocar objectivos civis». Nas eleições angolanas, a maioria da população de Cabinda correspondeu ao boicote promovido pela FLEC.

## COMENTÁRIO



Benjamin  
Formigo

EXPRESSO, SÁBADO 31 DE OUTUBRO DE 1992

# O limite

**A** MENOS que o cerco de pressões que se aperta em torno da UNITA e o seu isolamento internacional surtam rapidamente efeito, a guerra em Angola parece inevitável.

No final da guerra, em Maio de 1991, testemunhámo-lo, os militares dos dois lados — Higinio Carneiro, pelo Governo, e Ben Ben, pela UNITA — propuseram a suspensão da «propaganda hostil e dos comunicados sobre eventuais incidentes» para que não fossem transformados em casos nacionais incidentes isolados e evitar a descrença da população no processo de paz.

Foram dias e semanas históricos em que os militares dos dois lados se reuniam tendo os jornalistas, em particular de três órgãos de informação portugueses — EXPRESSO, Lusa e RTP —, por testemunhas do que era acordado e do clima que se vivia entre militares.

Para quem viveu esses encontros, é difícil acreditar que o processo tenha evoluído tão negativamente. É certo que, com a entrada em cena dos políticos, a guerra psicológica substituiu a guerra das armas. Como também é verdade que a UNITA não foi hostilizada pelos civis. Porém, não é menos verdade que ao entrar no jogo político a UNITA o fez numa atitude de guerrilheiro sempre desconfiado e pronto a ripostar à primeira sombra de ameaça.

A situação foi-se agravando à medida que o tempo passava e o movimento de Jonas Savimbi mostrava a escassez dos seus quadros e a sua incapacidade de cumprir prazos. «Razões de natureza logística» passou a ser um argumento comum para quem seguia o processo e que justificava tudo quanto a UNITA não era capaz de cumprir.

Claro que do lado do Governo a resposta não se fez esperar e os prazos também se foram arrastando. Face aos observadores internacionais, Governo e UNITA foram gozando de uma certa tolerância.

**C** OM o passar do tempo, o «comportamento guerrilheiro» da UNITA afastou muitos eleitores em paralelo com a multiplicação de incidentes. Os mais graves em vésperas de eleições: no Huambo e Bié. No Huambo quando, depois de manifestantes do MPLA terem depenado um galo frente à sede da UNITA, um tenente-coronel das FAPLA foi morto por guardas desta organização; no Bié quando dois carros de uma caravana do MPLA foram embuscados.

Mais tarde, ainda no Bié, a UNITA assaltou as instalações das Nações Unidas para lá ir buscar 10 homens da Guarda Presidencial, que se encontravam sob custódia da UNAVEM II.

A tudo isto os observadores internacionais responderam sempre com alguma contemporização, apesar de uma certa dureza.

Sabia-se que o acantonamento estava atrasado — dos dois lados, mais do Governo que da UNITA — e que o material de guerra entregue era em muitos casos obsoleto. Sabia-o a própria UNAVEM II — que também contemporizou. Nunca os observadores internacionais tomaram uma posição de força porque os acordos do Estoril estipulavam que cabia aos dois lados resolver os seus próprios assuntos. E só esporadicamente assumiram posições públicas.

A dada altura, a CCPM mais parecia uma corporação de bombeiros voluntários a resolver problemas pontuais que a tratar das questões de fundo: acantonamento, desmobilização e formação das novas Forças Armadas.

Muita gente acredita que a multiplicação de incidentes visava provocar do Governo uma resposta que inviabilizasse as eleições. Mas a verdade é que o Governo respondeu com grande contenção, considerando os incidentes violentos «casos de polícia».

Terminadas as eleições, mal a contagem de votos começou já a UNITA gritava que tinha havido fraude e a Vorgan chegava mesmo a falar de Jonas Savimbi como «Presidente eleito».

As instâncias internacionais e a esmagadora maioria dos observadores discordaram e consideraram as eleições «livres e justas». A palavra final veio da ONU e os resultados das eleições foram legitimados. Jonas Savimbi retirou-se para o Huambo e a partir daí sucedem-se uma série de incidentes que lançam hoje as maiores dúvidas sobre o futuro de Angola.

**A** NTES mesmo de terem abandonado as Forças Armadas Angolanas (FAA's), as tropas da UNITA haviam já ocupado posições ao longo do Caminho-de-Ferro de Benguela. Mas mesmo antes disso, a cobertura das guardas pessoais dos seus dirigentes, previstas nos acordos do Estoril, a UNITA introduziu nas cidades, onde a sua presença durante a guerra foi escassa ou nula, um número não determinado de homens fora dos esquemas de verificação.

Ao Governo não restava outra solução senão dialogar e fazer cedências para evitar a guerra. Um erro que pode ser muito mais violenta que em 1975 e mais generalizada.

Mas as cedências têm limites. Eduardo dos Santos não pode correr o risco de ser considerado um incapaz pelo seu eleitorado, pois, apesar de essa hipótese ser cada vez mais remota, terá de disputar uma segunda volta. Sobre tudo depois de esta semana a UNITA ter voltado a exigir a repetição das eleições legislativas, um Governo de transição e uma segunda volta presidencial sob responsabilidade exclusiva da ONU.

A ONU, por seu turno, está sob pressão. Quem o diz é o secretário-geral numa carta que enviou ao Conselho de Segurança e onde afirma que os seus representantes foram ameaçados através da Vorgan — a rádio da UNITA.

O general Unimna, comandante das tropas da UNAVEM II, confirmou publicamente esta semana, e pela primeira vez, a movimentação de tropas da UNITA e a expulsão dos representantes da Administração central — que pelos acordos do Estoril reconheceu.

**O** PRESIDENTE cessante está perante uma situação quase irreal: o seu partido obteve mais de 50 por cento dos votos nas legislativas e ele próprio quase alcançou a maioria absoluta nas presidenciais. As instâncias internacionais consideram as eleições livres e justas mas o novo Governo não pode tomar posse porque a posse é dada pelo Presidente depois de o Executivo ser aprovado pelo Parlamento. O Parlamento não entra em funções porque o processo eleitoral está incompleto e José Eduardo dos Santos não pode ir à segunda volta porque sem Jonas Savimbi não pode haver segunda volta.

Para muitos a guerra começa já a ser a única solução face a um Governo imobilizado pela chantagem e numa altura em que o limite das cedências que estava disposto e podia fazer parece ter chegado ao fim.

No dia 31, o mandato da UNAVEM II termina. E a sua prorrogação, pelos Acordos do Estoril, depende de um pedido das duas partes. Se a UNITA não quiser fazer esse pedido, qualquer presença da ONU terá de ser conseguida num quadro diferente e eventualmente com outra designação. Buthros Ghali assumiu na carta que enviou ao Conselho de Segurança uma posição extremamente dura mas não é claro se a comunidade internacional irá procurar uma intervenção mais activa ou se se irá demitir.

O processo angolano pretendia ser exemplo para África, e quase o foi. Se a comunidade internacional, quando os Acordos do Estoril parece terem caído num impasse, se demitir irá abrir um grave precedente e perder força moral. Mas todas as portas para uma saída política estão a fechar-se. Jonas Savimbi neste momento parece não confiar em ninguém.

Mas se a UNITA está isolada internacionalmente, o Governo enfrenta dificuldades económicas sérias para enveredar pela guerra. Não são factores imediativos mas são talvez a única esperança para Angola.

# Angola na vertigem da guerra

Adelino Gomes

**O MPLA expulsa a UNITA de Luanda. A UNITA ocupa municípios e ataca forças do Governo em capitais provinciais. Civis armados surgiram nas ruas da capital, ao lado da notícia. Savimbi já estaria**

**na Jamba, apesar de cessar-fogo no Huambo e na Huíla. É a "segunda volta" da guerra civil, com um cortejo já de centenas de mortos. Portugueses estão em segurança, mas esperam que Lisboa não os abandone.**

## O factor surpresa

Pela primeira vez desde que os homens de Jonas Savimbi se instalaram na capital, na sequência dos acordos de paz assinados em Maio de 1991 na capital localidade portuguesa de Bicesse, forças governamentais cercaram e flagelaram o bairro diplomático de Miramar, onde se situa a residência oficial de Jonas Savimbi, conquistaram o hotel Turismo, em cujas instalações se hospedavam centenas de militares da UNITA e respectivas famílias, e funcionava a delegação da Rádio Vorgan, e destruíram comités-piloto deste partido em bairros periféricos.

A iniciativa parece ter apanhado de surpresa os principais dirigentes da UNITA — não só políticos, como Jeremias Chitunda, Salupeto Pena e Chivukuvuku, mas também generais como o chefe do estado-maior Ben-Ben — que ainda se encontravam em Luanda, e sobre cujo paradeiro correram todo o dia, como é habitual nestas circunstâncias, as mais desencontradas versões: Jeremias teria logrado escapar da cidade a bordo de um navio grego, juntamente com repatriados sul-africanos; Chivukuvuku teria sido preso, bem como Ben-Ben; Salupeto teria sido avistado em fuga no célebre mercado do Roque Santeiro, perseguido pela polícia.

Ninguém, contudo, parecia em condições de conhecer, à hora do fecho desta edição, a localização exacta dos principais dirigentes da UNITA em Luanda. Enquanto isto, e apesar das informações que garantiam um clima de acalmia noutros confrontos fora da capital, rumores corriam de que o líder da UNITA abandonara o Huambo, em direcção à Jamba, a base militar situada nas Terras do Fim do Mundo, donde Jonas Savimbi comandou a guerra contra o MPLA.

Alicerces Mango, secretário-geral da UNITA, acusou o governo de ter tomado a iniciativa da "batalha" de Luanda. Em declarações a uma rádio portuguesa, Mango disse que o país precisa paz e tranquilidade, e que o povo

angolano pretende encontrar uma porta de saída para a crise pós-eleitoral.

Num editorial a abrir o seu noticiário da noite, a TPA (Televisão Popular de Angola, controlada pelo governo do MPLA) atribuiu, porém, a generalização dos confrontos ao movimento de Savimbi. "O assalto ontem [sábado] ao comando da polícia de Luanda foi a gota que fez transbordar o copo", disse o locutor, depois de referir que a capital entrara no segundo dia "de desmandos e confrontações", consequência de um "longo plano preparado minuciosamente".

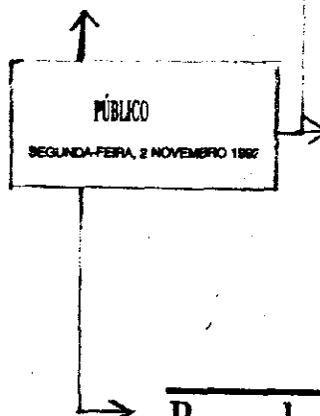
O telejornal da TPA, que os espectadores da RTP-1 puderam acompanhar em directo, pelo segundo dia consecutivo, apresentou aos angolanos a imagem de um povo cansado da guerra, cuja responsabilidade atribuía exclusivamente à UNITA e ao seu líder máximo. "Todos juntos vamos defender a pátria ameaçada", terminava o editorial. ■

## Butros-Ghali adverte

O secretário-geral da ONU, Butros-Ghali, apelou, sábado à noite, a uma suspensão imediata dos combates em Angola e ao restabelecimento do diálogo entre o Presidente José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi. "Faço um veemente apelo pessoal ao Presidente Dos Santos e ao dr. Savimbi para que retirem imediatamente as suas forças para os quartéis. É essencial que o diálogo construtivo que foi promovido pelo meu representante especial [Margaret Anstee] e que continuava para encontrar uma solução pacífica da presente crise seja imediatamente retomado", disse Butros-Ghali, numa declaração lida em Nova Iorque pelo seu porta-voz. O secretário-geral pede ainda que ambas as partes "se abstenham de qualquer acto susceptível de agravar uma situação que já é precária", insistindo na necessidade de garantir "a segurança de todos, incluindo a do pessoal das Nações Unidas e da comunidade estrangeira em Angola". Na véspera, o Conselho de Segurança decidiu prorrogar a missão da ONU em Angola (UNAVEM II) até 30 de Novembro e lançara uma advertência à UNITA devido ao reinício dos combates no Huambo e junto ao aeroporto de Luanda. ■

## Presidente De Klerk apela a Savimbi

O PRESIDENTE sul-africano, Frederik de Klerk, enviou ontem uma mensagem ao líder da UNITA, Jonas Savimbi, pedindo-lhe que suspenda os combates e retome as conversações com o Presidente José Eduardo dos Santos. Segundo o ministro dos Estrangeiros, "Pik" Botha, que resumiu a mensagem, o Governo sul-africano enviou já para Angola um navio de guerra, Tafelberg SAS, e dois helicópteros para proceder à repatriação de cerca de 200 sul-africanos retidos em Luanda, a maior parte dos quais a bordo de um navio-hotel grego. Entretanto, a companhia aérea sul-africana "Safair" entrou de prevenção, na eventualidade de ser necessário organizar uma evacuação em larga escala dos estrangeiros, em especial os que estarão bloqueados nas vilas mineiras de Lezamba, Kafunfu e Cappinga, na bacia diamantífera da Lunda. ■



## Benguela debaixo de fogo

ESCASSAS foram as notícias que ao longo do dia de ontem se conseguiram obter do resto de Angola, para além das referentes ao que se estava a passar em Luanda.

Na cidade de Benguela houve intenso fogo de artilharia entre as cinco horas e as 15, mas a meio de tarde o coronel-geral de Portugal em Luanda, José Lameiras, disse à Rádio Renascença que a situação acalmara.

Presumia-se cerca das 15 horas, segundo a agência notícias angolana Angop, que o número de vítimas seria elevado, devido à utilização de obuses RPG-7 e de morteiros, tanto no centro como nas zonas suburbanas daquela cidade.

A Angop disse ainda que, "em resposta a acções da UNITA", helicópteros das Forças Armadas Angolanas bombardearam ontem de manhã posições do movimento de Savimbi em Benguela.

Igualmente de acordo com a agência governamental, militares da UNITA também haviam atacado ao fim de tarde de sábado a zona comercial do Lobito, que fica a 30 quilómetros de Benguela.

Segundo aquela fonte, registaram-se confrontos entre as forças de Savimbi e unidades da polícia em redor do porto do Lobito e da emissora local, enquanto no

bairro de Bela Vista — na parte alta — a UNITA teria abandonado as suas instalações e ocupado as da empresa Robaltec.

No Huambo, de acordo com a TSF, a polícia, a Unavem e a UNITA assinaram um apelo conjunto à calma, tendo convidado a população a entregar as armas. E no Lubango (capital de Huíla), segundo um contacto telefónico do PÚBLICO estabelecido cerca das 18h30, a situação também acalmou ontem à tarde, depois de um dia de intenso tiroteio de armas ligeiras e pesadas.

Depois das fontes do Hospital Central do Lubango terem dito ontem de manhã que já havia 15 mortos e 25 feridos graves, nos combates entre as forças governamentais e a UNITA, conseguiu-se normalizar a situação. E ao cair da noite era possível circular sem grandes problemas.

Entretanto, da província de Lunda-Norte, onde a UNITA ocupara Cahimbo, tinham partido no sábado para São Tomé e Príncipe portugueses e, ainda, muitos filipinos e cidadãos de outras nacionalidades.

Do resto do país — ou seja, da maior parte das províncias de Angola, de Cabinda ao Cuanene e ao Cuando-Cubango — não se sabia então o que é que estava a acontecer. ■

**U**ma trégua ao princípio da noite de ontem, para que pessoal diplomático da África do Sul, Checoslováquia e Hungria pudesse ser evacuado, permitiu que transeuntes se enturassem pela primeira vez nas últimas 24 horas pelas ruas de Luanda, onde durante todo o domingo se ouviu o disparar de armas automáticas e o ruído surdo da artilharia pesada, tendo como alvo posições da UNITA cujos principais dirigentes estariam em fuga ou terão sido detidos, segundo informações não confirmadas.

Enquanto contingentes do dissolvido exército de Jonas Savimbi alargavam as suas operações militares a posições da polícia e da administração central nas cidades de Benguela, Lobito e Lubango (ex-Sá da Bandeira), capital da província da Huíla, forças da polícia anti-motim desencadearam uma ofensiva, aparentemente vitoriosa, sobre as principais bases de apoio da UNITA no centro de Luanda e em bairros populares dos arredores, nalguns dos quais houve "uma verdadeira carnificina", segundo fontes contactadas pela Lusa.

A meio da noite, "bolsas" de guerrilheiros de Savimbi resistiam ainda, nomeadamente nas zonas da Maianga, perto do Hospital Militar, e perto de S. Paulo, onde funciona a sede principal da UNITA em Luanda, mas fontes governamentais consideravam a situação sob controlo.

Em contraste com o ambiente de enorme tensão vivido na capital angolana, onde milícias populares surgiram ao lado da polícia — uma imagem há longos anos arredada das ruas de Luanda —, uma evidente acalmia registava-se no Lobito e no Lubango. Informações obtidas pelo PÚBLICO junto do gabinete de crise davam conta, pelas 21 horas, da instauração de um cessar-fogo no Huambo e na Huíla, que responsáveis de um lado e do outro tentavam estender ao resto do país.

## Guerra ou "bluff"?

"PAZ QUENTE", chamou-lhe ontem o embaixador angolano em Portugal. De um lado, o ex-exército da UNITA, ocupando posições em pelo menos oito das 18 províncias, particularmente na zona do planalto central, onde Savimbi ganhou as eleições. Do outro, a polícia antimotim, a polémica força que Savimbi quer desmantelar e que — ironia de um processo de paz assente na formação de um exército único — constitui hoje, praticamente, a única arma de dissuasão de que o vencedor das eleições, o MPLA, dispõe em confronto com o seu rival histórico.

As opiniões dividem-se, entre os que consideram que a guerra já começou, em Angola, só faltando que os dois contendores o declarem oficialmente; e os que entendem estarmos perante o tilintar de armas que sempre precede a celebração dos acordos entre países ou grupos em conflito bélico. Há por fim quem receie, observando a localização da maioria das operações lançadas pela UNITA nas últimas semanas, que a balcanização de Angola já começou, restando apenas saber onde acabará.

Desde o dia em que Jonas Savimbi trocou a sua residência no bairro de Miramar, na capital angolana, em 4 de Outubro, pela "Casa Branca", na cidade do Huambo — a mítica "capital" da UNITA nos meses de brasa de 75/6 —, nunca mais Angola viveu um dia sem que o estampido das armas contradissesse as propostas de paz que negociadores de ambos os partidos continuavam a apresentar à mesa da CCPM.

A imprensa internacional e observadores independentes não dispõem de dados suficientes para saberem o que se passa hoje em Angola. Toda a informação disponível assenta em fontes governamentais, dependentes do MPLA, ou em muito escassos contactos com raros dirigentes da UNITA, menos disponíveis desde o momento em que o líder da UNITA se fechou numa concha a que acede apenas um pequeníssimo grupo de incondicionais.

O facto de o diálogo nunca ter cessado entre MPLA e UNITA é entendido, porém, como sinal que ambos os contendores mantêm o controlo sobre os acontecimentos. Ontem mesmo, no final de um dia em que a situação se tornou dramática no Huambo, e pela primeira vez, polícias antimotim tomavam posições em hotéis internacionais da capital, o general Higino, do MPLA, e o representante de Savimbi na CCPM, Salupeto Pena, dialogaram ao telefone e prometeram um ao outro controlar as respectivas forças na capital e nos restantes pontos do país onde conflitos eclodiram nas últimas horas.

Não deixa de ser significativo também que, pressionados pelo Conselho de Segurança — irritado com acusações contra a representante da ONU em Angola, Margaret Anstee —, dirigentes da UNITA, entre os quais o próprio Salupeto Pena, tenham vindo dizer que as suas críticas foram feitas a nível pessoal, não responsabilizando o partido.

Savimbi dispõe, pensam analistas militares, de 25 mil homens imediatamente disponíveis para o regresso à guerra, em contraste com o governo, que dificilmente conseguirá reactivar as FAPLA, e parece contar apenas, de momento, com unidades de forças especiais e alguns milhares de polícias antimotim, para além da Força Aérea, pouco útil no teatro urbano em que o conflito de momento se desenrola. Esta aparente fraqueza militar consegue, porém, o governo compensá-la com um quase generalizado apoio de comunidade internacional, mercê da sabedoria política com que soube actuar durante toda a crise.

Se houver guerra, dizia ontem um diplomata em Luanda, "será mais sangrenta que em 1975", porque "há muito mais armas" hoje. Mas nem o povo angolano nem os antigos aliados dos dois partidos favorecem uma solução bélica. E estes conhecem melhor do que ninguém os perigos de um conflito cujo recomeço constituirá uma tragédia imensa para Angola.

Apostados em alcançar o máximo de ganhos na grelha de partida para a segunda volta das eleições, talvez não seja descabido pensar-se que um enorme, embora perigoso, "bluff" esteja a ser neste momento jogado em Angola. Restando aos angolanos e aos seus amigos portugueses esperar que Savimbi e Eduardo dos Santos sejam ouvidos pelos seus homens quando chegar o momento de dizer "basta". ■

## Angola: morrem três portugueses e são presos dirigentes da UNITA

TRES PORTUGUESES, cuja identidade se desconhecia à hora do fecho desta edição, foram mortos ontem à tarde na zona da Maíanga, Luanda, por um agente da polícia que os confundiu com elementos da UNITA. Tentavam fugir da área onde duas vivendas e um prédio ocupados pela UNITA estavam sob fogo das forças governamentais, disse fonte militar à agência Lusa.

O representante do movimento de Jonas Savimbi na Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), Salupeto Pena, e militares de alta patente, entre os quais o brigadeiro Mackenzie, entregaram-se a meio da noite ao Ministério da Defesa de Angola, informou a mesma fonte.

Um outra fonte assegurou contudo ao PÚBLICO que Salupeto Pena e Jeremias Chitunda já teriam sido mortos e que a fuga de Savimbi para a Jamba foi efectuada a partir de um aeródromo perto do Huambo, para onde o líder da UNITA se deslocou num blindado.

Troteiro intenso, com lançafoguetes "RPG 7" e metralhadoras pesadas, voltou a ouvir-se cerca das 23 horas na zona alta de Luanda, quebrando uma acalmia que durava desde o fim da tarde.

Notícias de que a Força Aérea sul-africana estava a concentrar meios de combate em bases junto da fronteira com Angola chegavam no meio de acusações, de fontes não oficiais, que sustentam estarem elementos sul-africanos "por detrás" das acções militares da UNITA nos últimos dias.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros da Holanda recomendou ontem aos seus nacionais a residir em Angola que abandonem este país "sem mais demoras". A companhia aérea belga Sabena anunciou, também ontem, que o seu voo Bruxelas-Kinshasa-Luanda, de domingo à noite, terminaria a viagem na capital zaireense.

Jornal do Brasil terça-feira, 3/11/75

## Governo retoma controle de Luanda

LUANDA — Tropas do governo realizaram ontem uma intensa contra-ofensiva, ocupando posições da Unita e prendendo alguns de seus líderes, aparentemente retomando o controle sobre a capital angolana. Segundo testemunhas ouvidas pelas agências de notícias internacionais, os rebeldes fugiram para o bairro diplomático de Miramar, base da Unita na capital, enquanto dezenas deles, feridos, eram transportados em caminhões da Polícia para local ignorado. Informações não oficiais dão conta de que já passa de 1 mil o número de mortos nos combates desde sexta-feira. Os governos estrangeiros intensificaram a retirada de seus cidadãos, entre eles centenas de brasileiros.

Fontes policiais informaram que o vice-presidente da Unita, Jeremias Chitunda, e o ex-representante militar em Luanda, Elia Salupeto Pena, foram mortos quando tentavam fugir da capital. Abel Chivukuvuku, responsável pelas relações internacionais da organização, teria sido gravemente ferido. A rádio da Unita noticiou em seguida que Salupeto Pena e Chivukuvuku continuavam "no exercício normal de suas funções", mas não fez referência a Chitunda. O comando da Unita negou que seu líder máximo, Jonas Savimbi, tenha fugido para a África do Sul, conforme se havia sido noticiado em Luanda. A TV estatal angolana mostrou imagens

de uma posição da Unita recapturada pelas tropas do governo nas imediações do aeroporto de Luanda.

Moradores de diversos bairros da capital entrevistados por telefone pela agência Reuter disseram que as tropas da Unita pareciam estar em retirada para o Norte da capital. Após três dias de intensos combates, vários corpos de civis e militares permaneciam espalhados pelas ruas de Luanda. Os hospitais estão lotados de feridos. Em todo instante ouviam-se disparos em vários pontos da cidade. Segundo a rádio estatal, mais de 1 mil pessoas já morreram nos combates iniciados na sexta-feira entre as tropas da Unita e do governo do MPLA. A maioria das mortes ocorreu em Luanda e nas cidades de Huambo, Lubango, Benguela e Lobito, no Sul do país.

A crise angolana agravou-se após as primeiras eleições livres do país, realizadas em setembro. A Unita não aceitou o resultado do pleito, vencido pelo MPLA, e desde então ameaça com a retomada da guerra. Durante 16 anos e até o acordo de paz assinado em maio do ano passado, os rebeldes direitistas, apoiados pelos Estados Unidos e a África do Sul, combateram o governo marxista do MPLA, então apoiado pela União Soviética e Cuba.

# "Um país de cadeira de rodas"

PÚBLICO

SEGUNDA-FEIRA, 2 NOVEMBRO 1992

José Eduardo Agualusa

Luandino Vieira, o mais conhecido nome das letras angolanas, expressou ao PÚBLICO o receio de que o actual conflito armado possa pôr em causa o destino de Angola. São palavras de desalento, mas com as quais concordam a maior parte dos intelectuais angolanos.

"Hoje de manhã, pouco depois de terem rebentado três RPG num prédio aqui perto, eu olhei pela janela e vi, no meio de um tiroteio infernal, um homem a atravessar a rua numa cadeira de rodas. É isto que nós somos: um país de cadeira de rodas no meio dos tiros". O autor Luandino Vieira, contactado pelo PÚBLICO a partir de Lisboa, resumia desta maneira o imenso de-

sânimo com que a maioria dos intelectuais angolanos segue o reacender da guerra civil.

O autor de "Nós os do Makulusu", está há dois dias fechado num apartamento, na zona da Cidadela Desportiva, e aproveita para avançar na escrita de um romance que, diz, estará nas livrarias até Junho do próximo ano. No seu prédio a vida prossegue com a normalidade possível: "Estava prevista uma festa de crianças e fez-se a festa. Os vizinhos reúnem-se nas escadas para conversar ou jogar às cartas. Organizam-se jantares e, é claro, namora-se muito".

Para Luandino Vieira, se a UNITA "dispuser de capacidade para prolongar a guerra pode ser o fim deste país, pelo menos no modelo que a História foi construindo". Em sua opinião, os actuais conflitos dentro das cidades reproduzem uma situação já vivida pelos angolanos em 1975: "Os que eram miúdos naquela data olham para isto com curiosidade. Para nós é a sensação de que já vimos este filme, embora com outros actores. Mas a maior diferença é que em 1975 toda a gente estava compro-

metida e hoje apenas queremos que nos deixem em paz. E nem nos deixam ir à praia!".

Para Manuel dos Santos Lima, um nome histórico do nacionalismo angolano, escritor e professor universitário, "estamos a assistir ao falhanço total dos Acordos de Bicesse e daqueles que os apoiaram, conceberam e financiaram, com exclusão do povo angolano; os mesmos que trataram este povo africano como um povo menor".

Lima, que afirma estar empenhado numa tentativa de mediação do actual conflito por personalidades angolanas, acredita que o fundamental é pôr termo à "ingerência estrangeira e que nos seja dada a oportunidade para resolvermos os nossos problemas". "Ninguém está inocente — diz — neste processo porque há muitos diamantes, marfim e petróleo a pesar nas consciências dos grandes democratas portugueses; todos apostaram na bipolarização e não aceitaram como alternativa para Angola o advento de uma terceira via capaz de dar ao país o rumo certo".

Na opinião de Manuel Lima, que foi o primeiro comandante da guerrilha do MPLA, a resolução do conflito passa pela formação de um governo de unidade nacional. Caso contrário, afirma, "Angola arrisca transformar-se num país do tipo do Zaire, com perturbações cíclicas e sem qualquer futuro, até se descoser pelas suas clivagens étnicas".

Esta é também a convicção do poeta Vicente Pinto de Andrade, que dirigiu a campanha de Daniel Chipenda para a presidência de Angola. A reconciliação entre todos os angolanos não será possível, sublinha Vicente Pinto de Andrade, num quadro em que o MPLA detenha todo o poder: "O problema fundamental é encontrar um quadro político constitucional que permita a participação no poder das forças políticas mais representativas". Para além disso, a existência de um país etnicamente dividido, facto que as eleições tornaram evidente, recomenda, diz Pinto de Andrade, "que paralelamente à existência de uma câmara de deputados eleitos a nível nacional e através do sistema de representação proporcional se crie uma outra câmara eleita através de eleições regionais". ■

Das agências internacionais

Mais de mil pessoas morreram no fim-de-semana em Angola em combates entre tropas do ex-marxista MPLA (Movimento pela Libertação de



Angola, no governo) e guerrilheiros da Unita (União Nacional pela Independência Total de Angola, direita), segundo a rádio estatal angolana. Disparos e explosões foram ouvidos ontem em Luanda (a capital), poucas horas depois de entrar em vigor o cessar-fogo mediado pela ONU.

A rádio estatal informou que as mil mortes ocorreram em Luanda, Huambo, Lubango, Lobito e Benguela. A imprensa de Portugal disse que entre os mortos estão seis portugueses, um filipino, um búlgaro e dois soldados da ONU.

Aviões brasileiros e portugueses prosseguiram ontem a retirada de seus cidadãos de Angola, usando como base a ilha próxima de São Tomé e Príncipe (leia mais na página seguinte).

A chancelaria da Bulgária disse que sua embaixada em Luanda está incomunicável e cercada pelos guerrilheiros da Unita desde domingo. O encarregado búlgaro de negócios, Ivan Kotov, foi tomado como refém.

Um porta-voz da Unita em Lisboa negou que o líder do partido, Jonas Savimbi, tenha saído da cidade de Huambo e instalado seu quartel-general em Jamba (sul, próximo à fronteira com Namíbia). Houve rumores de que Sa-

vimbi fugiu para África do Sul ou Marrocos.

As tropas do MPLA aparentemente recuperaram o controle da capital do país. Civis armados pelo governo revistavam as casas em Luanda em busca de rebeldes e saqueavam os edifícios ocupados antes pela Unita.

Integrantes da cúpula da Unita foram mortos, feridos ou capturados no domingo quando tentavam romper o cerco das tropas do governo e deixar Luanda. Um correspondente da TV portuguesa TSF disse ter visto os cadáveres de Jeremias Chitunda (vice-presidente da Unita) e de Elias Salupeto Pena (representante militar da Unita em Luanda e sobrinho de Jonas Savimbi). Segundo o repórter Dario dos Santos, Chitunda morreu com tiros na garganta e Salupeto Pena teve seu crânio esmagado.

Abel Chivukuvuku, o número 3 da Unita, foi gravemente ferido durante a tentativa de fuga e capturado. As notícias sobre o general Arlindo Chena Pena "Ben Ben", outro membro da cúpula da Unita, são contraditórias. Há versões de que o general foi morto, enquanto outras dizem que ele teria escapado apesar de ferido.

Os combates prosseguiram ontem também nas cidades de Cuito e Benguela. Em Huambo e Lubango o cessar-fogo aparentemente estava sendo respeitado.

Os embaixadores dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU (EUA, Rússia, China, Grã-Bretanha e França) deveriam se reunir ontem em Washington para discutir a guerra civil angolana.

## Guerra civil em Angola já matou 1.000

FOLHA DE S. PAULO

Terça-Feira, 3 de novembro de 1992

### Luanda fica 3 dias sob toque de recolher

A população civil de Luanda está presa em casa. Só quem realmente precisa sai às ruas. E mesmo assim no horário permitido, já que o governo de Luanda determinou ontem toque de recolher de 21h a 5h, por três dias. "Assim, quem não tem estoque de comida em casa está em apuros", informou ontem Riccardo Orlandi, funcionário da embaixada italiana ouvido ontem por telefone pela Folha.

Segundo ele, o bairro diplomático está abandonado. Cidadãos estrangeiros se comunicam entre si por "walkie-talkie". Enquanto falava à Folha, na noite de ontem, Orlandi era informado sobre combates e bombardeios violentos ao norte de Luanda, principal acesso da guerrilha à capital.

"A TV mostrou imagens de quartéis da Unita destruídos e saqueados. Ainda há explosões pela cidade", afirmou. O governo pediu ao pessoal da saúde que vá aos hospitais. "Não estão dando conta de tantos corpos", disse Orlandi.

# Refugiados regressam

CENTENAS de refugiados, dos 150 mil moçambicanos que há no Zimbabwe, começaram agora a regressar ao seu país, numa altura em que o Governo e a Renamo constituem as comissões conjuntas que hão-de fiscalizar o Acordo Geral de Paz assinado em Roma no dia 4 deste mês.

O chefe da delegação da Renamo às conversações da capital italiana, general Raul Domingos, era aguardado ontem à tarde em Maputo, a fim de se dar início ao complicado processo de aplicação daquele Acordo Geral.

As tropas do Zimbabwe deverão agora retirar-se das suas posições nos corredores da Beira e do Limpopo, bem como quaisquer outros soldados estrangeiros que porventura ainda haja em Moçambique; muitos militares da Frelimo e da

Renamo deverão ser desmobilizados; e daqui a um ano as Forças Armadas moçambicanas só deverão ter 30.000 homens, a fornecer em partes iguais por um e outro lado.

Observadores portugueses, norte-americanos, italianos, britânicos e de outros países deverão garantir que o cessar-fogo é respeitado e que Moçambique se encaminhe para a realização, dentro de um ano, de eleições presidenciais e legislativas.

Uma conferência internacional de países interessados na paz moçambicana deverá ser convocada dentro de poucas semanas, a fim de reunir fundos para a reintegração na sociedade de todos os refugiados e dos militares desmilitarizados, bem como para o financiamento do processo eleitoral. ■

## 120 mortos em Angoche

PÚBLICO

QUARTA-FEIRA, 28 OUTUBRO 1993

CENTO E VINTE mortos em Angoche, cidade portuária na província de Nampula, constituem o pano de fundo do encontro que desde segunda-feira efectuam em Maputo, sob os auspícios da ONU, o Governo moçambicano e a Renamo, a fim de colocarem em funcionamento os diversos mecanismos de pacificação previstos no Acordo de Paz assinado em Roma.

As vítimas, 70 do movimento liderado por Afonso Dhlakama, 30 das tropas governamentais e 20 civis, registaram-se durante a ocupação de Angoche pela Renamo, na semana passada, e o seu posterior desalojamento pelas forças da Frelimo, segundo o administrador distrital, Raul Caetano.

No início desta semana continuavam sob controlo daquele grupo anti-comunista as vilas de Maganja da Costa e de Lugeia, na província de Zambézia, e a localidade de Momba, na costa de Nampula.

Na segunda-feira, ao chegar a Maputo para o encontro da Comissão de Supervisão e Controlo (CSC) criada pelo Acordo Geral de Paz, o chefe da delegação da Renamo, Raul Manuel Domingos, disse que as suas tropas iam também abandonar Momba, a fim de "evitar mais derramamento de sangue". Mas o governador da província de Nampula, Alfredo Gamito, declarou ontem que isso ainda não se concretizara.

Uma testemunha ocular não identificada disse ao boletim noticioso independente "mediaFAX" que, durante a ocupação de Angoche, a partir

do dia 17 deste mês, a Renamo se apoderou de quantidades razoáveis de armamento e de munições, designadamente metralhadoras ligeiras e pesadas, morteiros e obuzes.

### Optimismo prudente

Apesar disso, o clima que envolveu os dois primeiros dias

de trabalho da CSC foi construtivo e de um optimismo prudente, na esperança de que esta entidade — presidida pelas Nações Unidas — consiga vir a garantir o cumprimento de tudo o que está contido no Acordo Geral de Paz assinado em Roma a 4 de Outubro.

A parte governamental é dirigida, tal como o foi nas conversações de Roma, pelo ministro dos Transportes e Comunicações, Armando Emilio Guebuza, e engloba mais quatro ministros.

Quanto a Raul Domingos, chefe do Departamento de Organização da Renamo, e aos três companheiros que com ele se deslocaram da Gorongosa foram instalados numa residência pertencente à embaixada da Itália em Maputo, pois que não aceitaram a oferta governamental de casas pré-fabricadas, consideradas incompatíveis com a sua dignidade; nem quiseram ir para hotéis.

Enquanto isto, e ainda segundo o "mediaFAX", editado pelo jornalista Carlos Cardoso, o líder da Renamo já tem à sua disposição, para quando desejar mudar-se para a capital, uma residência de dois pisos que em tempos foi ocupada por Jorge Costa, o director do SINASP (policia secreta) que há 10 anos desertou para a África do Sul. ■

Teresa Lima, em Maputo

# Eleições talvez só em 94

Jorge Hato\*

Só aparentemente é que as conversações esta semana em curso em Maputo, entre o Governo moçambicano e a Renamo, estão a andar bem, pois que por trás se notam as velhas desconfianças e as divergências em questões de pormenor que tão difícil tornaram chegar-se a um Acordo Geral de Paz, finalmente assinado em 4 de Outubro.

Diz-se no protocolo V apenas a tal Acordo que as eleições da Assembleia da República e do Presidente serão realizadas em simultâneo, dentro de um ano. Mas os trabalhos de aplicação do mesmo estão a registar um certo atraso e um grupo inter-ministerial já alertou para a possibilidade de o acto eleitoral não se poder efectuar antes de Abril de 1994.

Tendo até em conta a experiência angolana, onde 16 meses não foram suficientes para preparar eleições que decorressem em moldes absolutamente indiscutíveis, é de levar muito a sério o alerta daquele grupo, que ontem vimos referenciado numa publicação de Maputo, o "mediaFAX".

As actuais conversações de Maputo são um seguimento das que durante mais de dois anos se efectuaram na comunidade romana de Santo Egidio, sendo a parte governamental chefiada por Armando Emilio Guebuza e a adversária por Raul Manuel Domingos.

Durante os primeiros cinco dias os trabalhos centraram-se numa coisa tão simples como as casas de que a Renamo poderá dispor na capital, para os 30 elementos das diversas comissões que irão levar à prática o Acordo Geral de Paz; enquanto isto, as comissões não são constituídas, não se arranca com o processo de separação das duas forças nem com a libertação de prisioneiros de guerra.

Como se considera que durante a chamada época das chuvas é muito difícil proceder a qualquer acto eleitoral em condições, se os moçambicanos não tiverem a possibilidade de ir às urnas até Novembro do próximo ano... só deverão ir mesmo lá para Abril ou Maio de 1994.

Nesta altura deveria ter sido já convocada para Roma uma conferência internacional de países doadores, que reunisse os fundos necessários para o processo de transição em Moçambique, designadamente para a reinserção social dos militares desmobiliza-

dos e dos refugiados desejosos de regressar às suas terras.

Mas ninguém sabe ainda quando é que a Itália o fará.

Oficialmente o conflito já cessou há algumas semanas, mas ainda não há a Comissão de Cessar-Fogo (CCF) prevista no Acordo de 4 de Outubro, para reduzir os riscos de incidentes, organizar operações de desminagem e verificar a exactidão dos dados fornecidos por Frelimo e Renamo quanto a pessoal, armamento e equipamento.

Se é sem uma grande animosidade que se vai debatendo a questão das casas, o azedume poderá voltar a surgir quando daqui a dias se analisarem as queixas de que houve violações ao cessar-fogo desde que, no dia 15 de Outubro, o mesmo entrou oficialmente em vigor, com a aprovação do Acordo Geral de Paz pela Assembleia da República.

A separação das forças de um e outro lado deveria ter terminado no dia 21, mas na prática ainda não começou; pelo que bem se poderá dizer que todo este processo está pelo menos com 15 dias de atraso.

O Governo já deveria ter dado à ONU uma lista dos 29 locais onde tencionaria reunir e acomodar os militares, fazendo a Renamo o mesmo quanto a 20 posições. Mas, neste como noutros pontos, o Acordo revelou-se pouco realista e mais apropriado ao querer da negociação do que às características dos beligerantes.

Até meados de Dezembro deveriam, em princípio, estar desmobilizados 20 por cento dos efectivos totais a desmobilizar pelas duas partes, mas muitos cépticos não acreditam que isto vá acontecer. Nem que até meio de Abril de 1993 termine por completo a desmobilização.

O que na verdade começou foi a retirada das tropas do Zimbabwe e do Malawi que estavam em Moçambique, a fim de proteger os acessos aos portos da Beira, do Maputo e de Nacala. Mas não se sabe ao certo se essa operação poderá ser concluída dentro dos próximos 20 dias, conforme meta previamente estabelecida.

Enquanto isto, os 13 réus acusados de envolvimento numa intentona anunciada o ano passado vão ser em breve amnistiados — anunciou em Maputo uma fonte judicial.

A amnistia poderá ser encarada como uma forma de a Frelimo sarar feridas internas, readquirir parte da unidade perdida e preparar-se para o confronto eleitoral que um dia — seja ele no fim de 93 ou já em 94 — terá inevita-

velmente de travar com a Renamo.

É opinião de muitos observadores que as eleições, particularmente se forem concretizadas dentro de um ano, irão ser essencialmente entre os partidos de Joaquim Chissano e de Afonso Dhlakama; mas entretanto há outras forças que procuram ocupar terreno, como a Frente Unida de Moçambique (Fumo), de Domingos Arouca, o Movimento Nacional de Moçambique (Monamo), de Máximo Dias, e o Partido da Convenção Nacional (PCD), dirigido por Lutero Simango. ■

\*com Teresa Lima, em Maputo

## Apoio à Renamo?

A África do Sul estaria igualmente a apoiar a ofensiva da Renamo junto dos portos do Norte de Moçambique, segundo disse ao EXPRESSO uma fonte diplomática que acompanhou as negociações de paz. Nos últimos dias, já depois do acordo celebrado em Roma, forças da Renamo tentaram apoderar-se dos estratégicos portos de Angoche e Mombaça, revelando um potencial bélico superior ao habitual.

Aqueles portos deverão constituir a princi-

pal porta de entrada, em Moçambique, do fornecimento de víveres prometido pelas Nações Unidas e previsto nos acordos de paz. A Renamo desejava, a partir da costa, controlar o processo de distribuição dos géneros alimentares às populações carenciadas, apostando nos posteriores resultados eleitorais de tal operação humanitária. Por outro lado, o acesso ao mar por parte do movimento de Afonso Dhlakama não deixaria de tornar mais fácil o abastecimento de armas e munições.

## Moçambique: o fim da 'guerra das casas'

O CESSAR-FOGO em Moçambique já está atrasado em 16 dias em relação ao calendário previsto nos acordos de Roma, mas a caricata «guerra das casas» está em vias de solução.

Os combates abrandaram nas províncias de Zambézia e Nampula (que totalizam cerca de dois terços dos potenciais eleitores de Moçambique e onde as forças governamentais reconquistaram as cidades de Angoche e Mombaça, que tinham sido ocupadas pela Renamo), e as Nações Unidas parecem dispostas a acelerar o processo de desactivação dos exércitos governamental e rebelde, que deverão dirigir-se para os 49 locais de acantonamento predeterminados pelo Acordo Geral de Paz.

Este avanço resultou de uma intervenção veemente do italiano Aldo Ajello, representante pessoal do secretário-geral da ONU em Moçambique, que, irritado com o adiamento da entrada em vigor do cessar-fogo e as tergiversações das duas partes, decidiu convocar, com três dias de antecedência, uma reunião em Maputo entre o Executivo moçambicano e a Renamo.

Raul Domingos, número dois da organização de Afonso Dhlakama, desembarcou na capital moçambicana a 26 de Outubro, chefiando uma delegação de cinco dirigentes da Renamo — dois civis e três militares — e dedicou as suas primeiras declarações à exaltação da «vitória» alcançada pelo seu movimento sobre o «marxismo-leninismo» que, segundo disse, era defendido em Moçambique pelo exército da Frelimo, «com o apoio dos da ex-URSS, Cuba, Zimbábue, Malawi, Zâmbia e Tanzânia».

Porém, após o primeiro encontro plenário Renamo/Governo, sob os auspícios de Ajello, Raul Domingos assumiu uma atitude mais moderada que contribuiu para aliviar as tensões acumuladas ao longo das últimas semanas.

No comunicado conjunto divulgado na quinta-feira, o Governo e a Renamo congratulavam-se pela «atmosfera fraterna e construtiva» em que decorreu o encontro e reafirmavam a sua vontade de «trazer

encontro das aspirações do povo moçambicano e das expectativas da comunidade internacional», resolvendo no mais breve prazo possível os problemas logísticos que atrasaram a implementação do cessar-fogo.

Na terça-feira, dignitários do Governo e da Renamo visitaram, acompanhados pelo chefe da missão da ONU e por um nutrido grupo de jornalistas, as oito casas situadas em vários pontos da cidade sugeridas pelo Executivo moçambicano para alojar Afonso Dhlakama e o seu estado-maior.

Uma delas é uma luxuosa moradia de dois pisos, com espaçosos jardins, que foi a residência de um alto funcionário da polícia moçambicana que fugiu depois de ter sido acusado de espionagem em benefício da África do Sul. Pintada de fresco, a casa, situada na Avenida Sekou Touré, uma das mais selectas de Maputo, está praticamente pronta para receber Afonso Dhlakama, enquanto outra do luxuoso bairro de Sommerchild foi reservada para Raul Domingos.

As moradias postas à disposição da Renamo incluem ainda três apartamentos na baixa da cidade e quatro casas pré-fabricadas no Complexo da Vidreira, na zona da Costa do Sol, próximo do Hotel Quatro Estações.

Raul Domingos considerou que a atribuição das casas constitui «um passo positivo, mas insuficiente» e teve encontros com membros do corpo diplomático acreditado em Maputo para «sensibilizar a comunidade internacional para a gravidade dos problemas de acomodação, transporte, comunicações e outras facilidades logísticas» que enfrenta a Renamo na capital moçambicana.

Uma coisa parece certa: a Renamo está em Maputo para ficar, e a Operação da ONU para Moçambique (Onumuz) está prestes a arrancar, começando pela formação de quatro comissões encarregadas de fiscalizar as várias fases do processo de transição, até às primeiras eleições pluripartidárias.

Está ainda por resolver a questão crucial do dinheiro. O

projecto de orçamento apresentado pelo Governo de Maputo para a preparação do acto eleitoral ascende a 80 milhões de dólares, cifra todavia contestada por diversas fontes diplomáticas, que chegam a falar em amputá-la para metade.

A Itália está a preparar uma conferência de países e organizações doadoras a realizar em Roma para angariar 100 milhões de dólares destinados a financiar os programas de reabilitação de infra-estruturas, integração social dos refugiados, deslocados e desmobilizados, desmobilização dos militares e processo eleitoral.

Refinaldo Chilengue  
correspondente em Maputo

PÚBLICO

DOMINGO, 1 NOVEMBRO 1992

## Renamo admite "banho de sangue"

A RENAMO advertiu neste fim-de-semana que não se vai retirar das localidades moçambicanas de Maganja da Costa e de Lugela, que as forças governamentais se preparam para atacar, pelo que — disse — «poderá haver um banho de sangue, que será da responsabilidade do Governo e, também, do representante das Nações Unidas».

Num comunicado de tom duro elaborado sexta-feira pelo Gabinete Presidencial, numa altura em que em Maputo se dizia estarem a correr bem as conversações entre as duas partes, sobre a aplicação do Acordo Geral de Paz, o movimento de Afonso Dhlakama veio dizer que «as violações do acordo por parte do Governo estão a atingir proporções deturpadas» (sic).

Segundo aquele texto, sexta-feira à noite distribuído em Lisboa, a situação actual em Moçambique deixa Dhlakama preocupado, «na medida em que a Frelimo está a realizar muitas acções bélicas nas zonas sob controlo» da Renamo, de-

signadamente nas províncias de Tete, Zambézia, Nampula e Cabo Delgado, no Norte do país.

A organização liderada por Dhlakama afirma que comunicou as acções governamentais ao Presidente Joaquim Chissano e ao representante especial do secretário-geral das Nações Unidas, o italiano Aldo Ajello, mas que nem um nem outro se preocuparam com isso. E que só quando a Renamo tomou as posições de Maganja da Costa, Lugela, Mombaça e Angoche é que «houve gritos em todo o mundo».

Declara agora o grupo aquartelado na zona da Gorongosa, no centro de Moçambique, que poderá não só resistir em Maganja da Costa e Lugela como também atacar posições «onde a Frelimo se encontra»; o que levanta o espectro de nas próximas semanas se poder assistir a novas acções bélicas.

Segundo o gabinete de Afonso Dhlakama, o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas Moçambicanas, general Hama Thai, teria chegado no dia 19 a Zambézia, a fim de levar as tropas governamentais a atacarem a Renamo naquelas duas localidades.

Dhlakama, um homem de 40 anos que se atribui a glória de haver derrotado na guerra civil as tropas do Governo, apoiadas por soldados do Zimbábue e de outros países, ordenou à sua delegação presente em Maputo que incite o regime de Chissano a abandonar as alegadas acções planeadas, «advertindo ao mesmo tempo as Nações Unidas» de que devem intervir o mais urgentemente possível.

O novo comunicado da Renamo agora conhecido veio confirmar as dificuldades de que o PÚBLICO já ontem falava e as muitas dúvidas existentes quanto à possibilidade de Moçambique transitar pacificamente para a normal prática multipartidária no simples espaço de um ano, a partir da altura em que foi assinado um Acordo Geral de Paz, dia 4 deste mês.

Observadores internacionais têm dito que, se o processo angolano de transição para a via eleitoral foi difícil, o moçambicano poderá ser ainda muito mais, não se acreditando grandemente que o país esteja em condições de ir às urnas antes

## 40 mortos no Natal

OS INCIDENTES que durante o fim-de-semana opuseram, na África do Sul, o partido conservador Inkatha, de dominância zulu, ao Congresso Nacional Africano (ANC), na província do Natal, à beira do Índico, causaram cerca de 40 mortos — indicou ontem a imprensa daquele país, onde nos últimos anos milhares de pessoas foram vítimas da violência de carácter étnico ou político.

Nenhuma das entidades aceitou a responsabilidade pelos incidentes, e em particular pela morte de 20 pessoas afectas ao Inkatha, caso este ocorrido sábado à noite na localidade negra de Umbubulu, a sul de Durban.

Um dirigente do partido de Mangosuthu Buthelezi, Kim Hodgson, disse à agência France Presse tratar-se de uma ofensiva do ramo armado do ANC, mas um responsável deste grupo desmentiu-o, alegando que o próprio Inkatha teria organizado o crime.

O ministério da Lei e da Ordem solicitou a Buthelezi e ao líder do ANC, Nelson Mandela, que se reúnam o mais depressa possível, a fim de lançarem as bases de uma "cultura de tolerância política", sem a qual será difícil estabilizar a situação no país. E o próprio Presidente da República veio posteriormente a apoiar tal apelo.

Enquanto isto, o Governo de Frederik de Klerk está a tentar divulgar no estrangeiro a sua perspectiva sobre a actual situação política na África do Sul, para o que — inclusivamente — promove em Lisboa, na próxima quinta-feira à tarde, uma conferência do vice-ministro da Justiça, Daniel Schutte.

Tal palestra coincidirá com a abertura, no Padrão dos Descobrimentos, de uma exposição de 10 dias sobre a actual realidade política e cultural sul-africana. ■

PÚBLICO

QUARTA-FEIRA, 26 OUTUBRO 1982

## Novos processos negociais

A CONVENÇÃO para uma África do Sul Democrática (Codesa), iniciada em Dezembro e suspensa seis meses depois, parece definitivamente condenada, enquanto se buscam novos processos negociais. E Mandela declarou ontem que está a ser preparada uma cimeira entre os diversos dirigentes políticos do país.

Mangosuthu Buthelezi, líder do Partido Inkatha e primeiro-ministro regional do Kwazulu, retirou-se nas negociações Codesa como forma de protesto contra as decisões to-

mas em conjunto pelo Presidente Frederik de Klerk e pelo chefe do ANC, Nelson Mandela.

Sem o Inkatha, sem o Partido conservador e sem alguns grupos da extrema-esquerda, o processo negocial tal como existia no início deste ano não parece fazer muito sentido, sendo necessárias novas formas, mais abrangentes.

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Roelof "Pik" Botha, disse na semana passada em Gaborone, capital do Botswana, que o leque dos participantes nas negociações sobre o futuro da África do Sul terá de ser alargado, incluindo nomeadamente o Congresso Pan-Africano (PAC), que se situa à esquerda do ANC.

Tanto a extrema-direita como a extrema-esquerda poderão vir a sentar-se à mesa das conversações, desde que as mesmas não pareçam de antemão dominadas pelo Partido Nacional, de Frederik de Klerk, e pelo grupo de Mandela.

Os violentos incidentes da última semana na província do Natal continuam a levantar ameaças de guerra civil entre o Inkatha, predominantemente zulu, e o ANC, onde os xhosas são em maior número; pelo que se mantém a dificuldade, bem patente desde Maio, de se conseguir passar na prática de uma política de confronto a uma de cooperação.

Buthelezi, orgulhoso das suas raízes tribais, não deixa de lembrar à imprensa estrangeira que "o mundo ainda não viu a força da nação zulu". Ou seja, uma forte realidade vinda do passado — e consolidada na política de apartheid — a querer sobrepor-se à África do Sul unitária preconizada pelo ANC, que nem sempre tem em conta as diferentes particularidades étnicas existentes no país.

Tanto o Governo como o Congresso Nacional Africano estão actualmente com problemas, sendo De Klerk já comparado por alguns liberais ao seu antecessor Pieter Botha e até mesmo ao antigo primeiro-ministro Verwoerd.

O semanário "The Weekly Mail", de Joanesburgo, noticiou que alguns militantes — pertencentes ao grupo étnico "indiano" e ligados ao Partido Comunista — teriam planeado afastar Mandela da liderança do movimento, aparentemente por o considerarem demasiado conciliador, em relação ao actual Governo.

A mesma publicação apresentou uma lista de altos quadros do ANC alegadamente responsáveis por atrocidades cometidas em Angola, durante o conflito, contra militantes do grupo. E lá constam os nomes do secretário-geral do Partido Comunista, Chris Namu, e do actual chefe do braço armado do movimento, o Umkhonto we Sizwe, Joe Modise. ■

Steven Lang, em Joanesburgo

PÚBLICO QUARTA-FEIRA, 26 OUTUBRO 1982

## De Klerk tenta controlar violência no Natal

O EXECUTIVO branco da África do Sul reuniu-se ontem para analisar a recente onda de violência na província do Natal, que tem oposto militantes do movimento zulu Partido da Liberdade Inkatha e do Congresso Nacional Africano (ANC). "Esse é um dos assuntos quentes que hoje vai merecer a nossa atenção", garantiu à Reuter um responsável governamental.

Mais de 50 pessoas — incluindo Reggie Hadebe, o segundo responsável do ANC nesta província ribeirinha do Oceano Índico e de etnia maioritariamente zulu —, foram mortas desde sexta-feira, o que levou o Presidente Frederik de Klerk a tentar assumir o controlo da situação.

De Klerk prometeu promover em breve uma "cimeira da paz" entre os líderes do ANC e do Inkatha, Nelson Mandela e Mangosuthu Buthelezi, e prevê-se que John Hall, presidente do Comité Nacional da Paz, formado em Setembro passado para ajudar a terminar com a violência, mantenha "nos próximos dias" conversações separadas com os dois líderes negros.

Ao reagir a estas declarações, o ANC considerou em comunicado que a melhor maneira de seguir seria fomentar uma reunião entre os signatários do acordo de paz para o país. Buthelezi, numa entrevista a um programa de rádio, também afirmou pretender um encontro bilateral com Mandela "o mais depressa possível". Contudo, não voltou a reivindicar a dissolução do MK, o braço armado do ANC.

A explosiva situação no Natal voltará a constituir hoje o principal tema da agenda do Conselho Nacional de Segurança, um organismo presidido por De Klerk e composto pelos principais responsáveis das forças da ordem e serviços especiais.

Para já, o Presidente sul-africano decidiu enviar uma equipa de detectives para a região, incumbidos de investigar o assassinio de Reggie Hadebe, vítima de uma emboscada na noite de terça-feira numa estrada perto de Pietermaritzburg, a capital histórica do Natal.

Os assassinatos políticos não são novidade nesta província, a mais anglofona da África do Sul, mas de onde os brancos são ultraminoritários. Parte da sua superfície é ocupada pelo território autónomo de Kwazulu, cujo primeiro-ministro é Buthelezi, o líder do Inkatha. Desde 1984 já foram mortas mais de 8000 pessoas na guerra civil que tem oposto partidários dos dois principais movimentos negros sul-africanos. ■

## Armas da Renamo para o Inkatha

UM MILITANTE branco do Partido Inkatha, Bruce Anderson, cidadão de origem britânica expulso da África do Sul em Julho, tem andado a comprar armas à Renamo — disseram ontem jornais sul-africanos do grupo Argus.

Anderson reconheceu ter negociado a aquisição de armas, incluindo espingardas de assalto AK-47, mas o Inkatha desmentiu tê-lo encarregado de tal compra e pediu um inquérito ao assunto.

Segundo aqueles jornais, a pessoa em causa admitiu ter ajudado a armar os zulus nos albergues da zona de Joanesburgo, a partir dos quais o ANC afirma que têm partido ataques aos seus litantes e simpatizantes.

"As nossas mãos estão cheias de sangue, não há qualquer dúvida. Mas é em resposta à campanha do ANC para destruir o Inkatha. Se ficarmos com um estado unitário, haverá uma guerra civil. Estaremos preparados para ela. O ANC perderá" — disse Bruce Anderson no depoimento ontem reproduzido na imprensa sul-africana.

Segundo os jornais, Anderson confessou que trabalhava com Garth Barret, um antigo militar rodesiano e sul-africano que está agora a ajudar a Renamo; ter-se-ia encontrado com ele o ano passado em Joanesburgo, para combinar as primeiras missões, depois de se ter verificado que os serviços secretos das Forças Armadas da África do Sul haviam deixado de equipar directamente o Inkatha.

De acordo com o "Sunday Times" e demais imprensa do mesmo grupo, Bruce Anderson afirmou ter-se reunido em Maio ou Junho último com Afonso Dhlakama, líder da Renamo, a fim de facilitar a entrega das armas, que segundo ele teriam sido depois encaminhadas por aqueles mesmos serviços secretos.

O próprio líder do Inkatha, Mangosuthu Buthelezi, recebeu há dois meses a visita de Dhlakama, que por diversas vezes tem negado contar com o apoio de Pretória; e na altura foi notada em meios da comunicação social sul-africana a cordialidade do encontro entre esses dois políticos militantemente anticomunistas. ■